

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MAURÍCIO CORREIA MARTINS

**EDUCAÇÃO E AMBIENTE: A RELAÇÃO ENTRE HUMANOS E NÃO HUMANOS  
EM ZOLÓGICOS URBANOS**

Porto Alegre

2012

MAURÍCIO CORREIA MARTINS

**EDUCAÇÃO E AMBIENTE: A RELAÇÃO ENTRE HUMANOS E NÃO HUMANOS  
EM ZOLÓGICOS URBANOS**

Dissertação apresenta como requisito para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dra. Isabel Cristina de Moura Carvalho

Porto Alegre

2012

**M386e**

Martins, Maurício Correia

Educação e ambiente: a relação entre humanos e não humanos em zoológicos urbanos. / Maurício Correia Martins. – Porto Alegre, 2012.

89 f.

Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação – Faculdade de Educação, PUCRS.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Isabel Cristina de Moura Carvalho

1. Educação. 2. Educação e Ambiente. 3. Relação Homem - Animal. 4. Zoológicos. I. Carvalho, Isabel Cristina de Moura . II. Título.

**CDD 372.35**

**Ficha elaborada pela bibliotecária Anamaria Ferreira CRB 10/1494**

MAURÍCIO CORREIA MARTINS

**EDUCAÇÃO E AMBIENTE: A RELAÇÃO ENTRE HUMANOS E NÃO HUMANOS  
EM ZOOLOGICOS URBANOS**

Dissertação apresenta como requisito para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Isabel Cristina de Moura Carvalho – PUCRS (Orientadora)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Rumi Regina Kubo – UFRGS

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Nadja Mara Amilibia Hermann – PUCRS

---

Prof. Dr. João Frederico Rickli – PUCRS

---

*Dedico esta dissertação aos meus pais,*

*Paulo e Juçara Martins*

## AGRADECIMENTOS

Diversas circunstâncias me levaram a trilhar os caminhos percorridos até o presente momento, uma etapa importante de minha carreira e, por que não, de minha vida: a conclusão de meu mestrado. Muitas pessoas participaram desse percurso, fazendo com que este trabalho, portanto, não seja somente meu. Sendo assim, gostaria de registrar aqui a minha gratidão a todos que me acompanharam nessa jornada:

Primeiramente a toda minha família e, em especial, aos meus pais, Paulo e Juçara Martins, pelo que pode ser resumido em uma única e simples palavra: tudo.

A minha amorosa “companheira de viagens” Liane Fraga, por estar sempre ao meu lado, e a sua família, por me acolher tão bem.

Aos meus amigos, por todas as experiências, sorrisos e lágrimas que dividimos juntos, além da compreensão de que, por vezes, não consegui estar presente nesses últimos dois anos.

A minha orientadora Isabel Carvalho, pela disponibilidade, paciência e aprendizados.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUCRS, por todo o crescimento que este curso de mestrado me proporcionou, em especial ao professor Marcos Villela pela atenção durante o intercâmbio na Argentina. Agradeço também às meninas da secretaria pela solicitude.

Aos colegas de curso com os quais convivi durante esses dois anos, dividindo conhecimentos e angústias.

Ao Parque Zoológico da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul e ao GramadoZoo, por facilitarem e tornarem possível a realização deste trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por proverem recursos fundamentais para a realização desta dissertação.

## RESUMO

O presente trabalho investiga as diferentes relações entre seres humanos e animais, particularmente aquela acionada pela influência dos zoológicos e seus espécimes para as populações urbanas. Para isso, discute temas como os limites da ciência na tarefa de reconstituir a realidade, as fronteiras e interações entre humanos e animais, além dos zoológicos, espaços em nossa sociedade que proporcionam um contato direto com espécies de vida selvagem. Este estudo tem como objetos empíricos o Parque da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, localizado no município de Sapucaia do Sul/RS, a 25 quilômetros de Porto Alegre/RS, e o GramadoZoo, em Gramado/RS, a 115 quilômetros da capital. Esta pesquisa, de caráter qualitativo, utiliza procedimentos baseados na etnografia, além da entrevista semi-estruturada e da análise documental. O raciocínio apresentado traz subsídios para o argumento de que os animais, tanto os *pets* como também, em certa medida, os animais selvagens dos zoológicos, adquirem hoje o *status* de um ser “semelhante” a nós, muitas vezes representando, nos contextos urbanos, parcelas de nossa “boa natureza”, integrando um horizonte mais amplo de concepção de natureza boa e bela.

Palavras-chave: Educação e ambiente. Relações entre humanos e animais. Zoológicos.

## **ABSTRACT**

The present work investigate the different relationships between human beings and animals, as well the influence of the zoos and their specimens for the urban populations. For that, discusses themes such as the limits of the science on the task of reality rebuildder, the frontiers and interactions between humans and animals, particularly those influenced by beyond the zoos, spaces in our societies that provides a direct contact with wild species. This study has as empirical objects the Parque da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, located in Sapucaia do Sul/RS, 25 kilometers from Porto Alegre/RS, and the GramadoZoo, in Gramado/RS, 115 kilometers from the capital. This research, of qualitative character, uses ethnography-based methods, beyond the semi-structured interview and the documental analysis. The presented argumentation subsidies the idea that the animals, such as pets and, in certain ways, the zoo's wild animals, acquire nowadays the status of a being "similar" to us, often representing, in the urban contexts, a conception of good and beautiful nature.

**Key-words:** Education and environment. Relationships between humans and animals. Zoos.



## **LISTA DE SIGLAS**

CECLIMAR - Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos

CETAS - Centro de Triagem de Animais Silvestres

CITES - Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção

EA – Educação Ambiental

FaHCE – Facultad de Humanidad y Ciencias de la Educación

FZB/RS – Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Produtos

PPGEDU – Programa de Pós-Graduação em Educação

PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

SEDA - Secretaria Especial dos Direitos dos Animais

SZB - Sociedade de Zoológicos e Aquários do Brasil

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNLP – Universidad de La Plata

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>METODOLOGIA</b> .....	14
<b>1. NATUREZA E ARTIFÍCIO</b> .....	17
1.1. As narrativas em ciências naturais .....	19
1.2. Uma prática de contar histórias: dos dioramas aos zoológicos.....	20
<b>2. FRONTEIRAS ENTRE O HUMANO E O ANIMAL</b> .....	23
2.1. Peter Singer e o conceito de pessoa .....	23
2.2. Hans Jonas e a representação por meio da imagem .....	26
2.3. Donna Haraway e os ciborgues.....	28
2.4. Tim Ingold e uma nova ciência da humanidade .....	31
<b>3. A RELAÇÃO ENTRE SERES HUMANOS E OUTROS ANIMAIS</b> .....	35
3.1. Os animais de estimação atualmente .....	37
3.2. Além dos <i>pets</i> : outro tipo de relação com animais em uma plataforma de pesca .....	40
3.2.1. <i>A plataforma</i> .....	41
3.2.2. <i>Pessoas e peixes</i> .....	45
3.3. Movimentos em defesa dos direitos dos animais.....	46
<b>4. JARDINS ZOOLOGICOS</b> .....	50
4.1. Proveniência dos espécimes em exposição nos zoológicos .....	51
4.2. O caso das girafas .....	53

<b>5. PARQUE ZOOLOGICO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RIO GRANDE DO SUL</b> .....	56
5.1. Passeando pelo Parque Zoológico da FZB/RS .....	57
5.2. Situação atual do zoológico .....	60
5.3. A visitação no parque.....	63
<b>6. GRAMADOZOO</b> .....	66
6.1. Passeando pelo GramadoZoo.....	66
6.2. Situação atual do zoológico .....	70
6.3. A visitação no parque.....	72
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	75
<b>8. REFERÊNCIAS</b> .....	78
<b>APÊNDICES</b> .....	83
APÊNDICE A – Projeto enviado aos zoológicos objetos de estudo desta disserta�o visando a apresenta�o do mestrando e sua proposta de trabalho. ....	84
APÊNDICE B – Esquema básico das entrevistas semi-estruturadas.....	89

## INTRODUÇÃO

Os seres humanos nunca estiveram sozinhos. Aliás, relações interespecíficas sempre fizeram parte da vida, principalmente a dos animais. Jonas (2004) define a vida como uma matéria em constante transição, de formato definido; entretanto, não perene. Como os organismos do Reino Animal têm hábitos heterotróficos, ou seja, não são capazes de sintetizar suas próprias fontes de energia, o interespecismo passa a ser quase que obrigatório na existência desses seres.

Exploradores natos dos recursos naturais, os *Homo sapiens* logo descobriram as inúmeras vantagens de utilizar os animais para outras finalidades além de servirem como caça. Desde o alimento até o vestuário, muitos de nossos ancestrais tornaram-se dependentes dessas formas de vida. Eles passaram a fazer parte do nosso cotidiano, atrelando-se de forma íntima às mais diversas estratégias de sobrevivência criadas pelos seres humanos, enraizando-se profundamente em nossos costumes.

Chefes de Estado de civilizações antigas como, entre outras, egípcios, chineses e gregos deram início ao hábito de colecionar exemplares das mais distintas espécies. Aparentemente, o intuito era ostentar fartura, poder e fortuna. Essas coleções perduraram ao longo do tempo; entretanto, somente milhares de anos mais tarde, mais precisamente no final do século XVIII, é que o primeiro zoológico foi inaugurado na cidade de Viena.

Na mesma época transcorria a Revolução Industrial, alterando o processo produtivo, causando profundos impactos econômicos, sociais e culturais e transformando drasticamente o modo de vida das pessoas que habitavam os centros urbanos. “O resultado era uma alta concentração populacional, constituída principalmente de trabalhadores pobres, expostos a um ambiente insalubre de trabalho e moradia” (CARVALHO, 2002, p. 44). Nesse contexto, ressurgiu um sentimento de nostalgia para com os elementos natureza, outrora considerada antagônica a um processo civilizatório. Entre outras consequências, os animais passam a ser não somente utilizados como também estimados, servindo de “companhia aos solitários, alívio aos fatigados e compensação aos que não tinham filhos” (THOMAS, 2010, p. 168).

Atualmente, nossas relações com os demais animais se configuram de maneira bastante diferente de alguns séculos atrás, contribuindo para a modificação não somente de nossos hábitos, como também do papel dos zoológicos em nossa sociedade. Antes de avançar na discussão, gostaria de contextualizar a forma como pesquisador e tema se entrelaçaram, gerando o presente estudo.

O início ocorreu muito antes da vida universitária. Nos primeiros anos de escola, provavelmente a partir das séries em que os estudantes passam a ter professores diferentes para cada disciplina, chamava-me a atenção a forma com que esses profissionais levavam suas classes diariamente. Conforme eu os observava, tornavam-se cada vez mais evidentes as diferenças em suas metodologias de ensino. Por consequência, fui percebendo que essas diferenças por vezes produziam resultados distintos, levando-me a concluir que esses métodos são de grande influência na eficácia da aprendizagem dos alunos. Não nego a relevância que tanto os mestres que eu admirava quanto os que tinham alguma dificuldade em conquistar minha atenção, ou até mesmo minha simpatia, tiveram em minha formação. Muitos – ou até mesmo todos – serviram de modelo e inspiraram meus pensamentos para a elaboração de uma postura didática que, teoricamente, parecia-me ideal. Imaginava-me lecionando, e sonhava poder trabalhar de forma que meus estudantes tivessem uma educação formal e não formal de qualidade, aliada a uma relação harmoniosa entre professor e aluno.

Na universidade, escolhi como curso de graduação as Ciências Biológicas. Motivado pela pergunta “o que eu gostaria de aprender?”, tomei essa decisão baseado na ideia de que não haveria conhecimento que pudesse ser mais interessante e enriquecedor do que compreender o fenômeno da vida. O curso mostrou-se fascinante, pois abordou hipóteses a respeito da origem das moléculas, constituindo posteriormente os primeiros seres, permeou as mais distintas formas de vida existentes, ou até mesmo já extintas, até chegar aos organismos que hoje habitam o nosso planeta. Aprendi não apenas a respeito da composição, como também das interações entre os mais variados modos de vida e o ambiente; o curso sem dúvida atendeu – ou até mesmo superou – minhas expectativas, trazendo não somente respostas para muitos de meus questionamentos como também, a partir da melhor compreensão da área, novas perguntas a serem respondidas.

Obtive o grau de Licenciado em Ciências Biológicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) no final do primeiro semestre de 2009. Ansioso por continuar meus estudos, parti em busca de novas possibilidades de caminhos a serem trilhados. Novamente motivado pela pergunta “o que eu gostaria de aprender?”, reduzi minhas opções a duas áreas que me despertavam maior interesse. A primeira delas era a Educação. Optando pelo curso de licenciatura, tive a oportunidade de cursar diversas disciplinas sobre o tema. As discussões em sala de aula não serviram somente para aprofundar e embasar minhas ideias previamente formadas, como também para alimentar minha vontade investigar a fundo o assunto. Já a segunda área que se tornou saliente, conquistando minha atenção especial durante os estudos da graduação, foi a Ecologia. Compreender a interação entre distribuição e

abundância dos seres vivos em distintos ambientes mostrava-se cada vez mais um assunto não somente interessante como também urgente e emergente, visto que nós humanos também fazemos parte dessa imensa cadeia de relações. Acredito que os problemas ambientais que enfrentamos atualmente fazem com que nosso planeta clame por mudanças. Durante a graduação, percebi que diversos estudos e esforços estão sendo feitos, trazendo consigo, muitas vezes, formas de atacar diretamente causas e consequências, bem como propostas de transformações paradigmáticas.

Foi a partir dessa miscelânea de pensamentos e interesses que cheguei na Educação Ambiental (EA), campo que agrega, se não toda, boa parte da crença que tenho na necessidade de mudanças de paradigmas do mundo contemporâneo. Isso me levou à linha de pesquisa de Teoria e Culturas em Educação. “Tal campo, o dos *Estudos Culturais*, ao articular-se com o *conhecimento biológico e pesquisa em educação* permite, então, que se olhe de uma forma diferente para esses dois últimos” (SANTOS, 2000, p. 233). Assim, ingressei como mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da PUCRS no início do primeiro semestre de 2010.

A ideia para o presente trabalho surgiu após o estudo de uma das diversas leituras realizadas pelo grupo de orientados da Prof. Dra. Isabel Cristina de Moura Carvalho, orientadora deste trabalho. O texto em questão foi produzido pelo Dr. Tim Ingold, intitulado ‘Humanidade e Animalidade’ (1994).

Inspirados em Ingold, pensamos então em uma maneira de trabalhar a relação entre humanos e animais, chegando à ideia de ter os zoológicos como objeto de estudo, já que esses são espaços onde essas interações ocorrem de forma direta. Sendo assim, os locais escolhidos foram o Zoológico da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (FZB/RS) e o GramadoZoo. O primeiro está localizado no Município de Sapucaia do Sul – RS, e foi aberto ao público em 1962, sendo uma das unidades de conservação mais visitadas do Brasil. Com 620 hectares de reserva florestal e 160 hectares de área aberta à visitação pública, o parque conta com um acervo de aproximadamente 1.400 animais (FZB/RS, 2010). Já o GramadoZoo fica em Gramado – RS, e está em funcionamento desde setembro de 2008. O zoológico apresenta exclusivamente animais da fauna brasileira, possuindo em torno de 1.500 exemplares (GRAMADOZOO, 2010).

Cabe salientar também que, durante o segundo semestre de 2010, tive a oportunidade de realizar um mestrado sanduíche, fruto do vínculo entre o PPGEDU da PUCRS e a Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (FaHCE) da Universidad de La Plata (UNLP). Morei durante três meses na cidade de La Plata – ARG, tendo assim a oportunidade de visitar

algumas instituições que não necessariamente se tornariam objetos empíricos do presente trabalho, mas ajudaram na compreensão desses espaços. Na ocasião, visitei alguns zoológicos como o Zoo de Buenos Aires e o Jardín Zoológico y Botánico de La Plata. Como seus nomes demonstram, eles se localizam nas cidades de Buenos Aires e La Plata.

O presente trabalho tem por objetivo, então, ampliar os estudos sobre as relações entre humanos e animais na contemporaneidade, partindo de questionamentos como: como se configuram essas interações nos dias de hoje? Qual o papel do zoológico, e de seus espécimes, em contextos urbanos da atualidade? Para discutir o tema, faço uso de seis capítulos.

O primeiro, intitulado ‘Natureza e artifício’, discute como as ciências, em especial as ciências naturais, recriam um mundo nada imparcial, com diferenças significativas da realidade como ela realmente é. No segundo, levando em consideração o fato de que, na verdade, nós também somos animais, é realizado um levantamento de como diferentes autores – Peter Singer, Hans Jonas, Donna Haraway e Tim Ingold – delimitam as fronteiras que distinguem os seres humanos dos demais animais. O terceiro capítulo trabalha algumas das diferentes maneiras como a população urbana se relaciona com distintos tipos de animais. O quarto capítulo é, na verdade, uma introdução aos dois posteriores, dedicados à análise dos zoológicos estudados neste trabalho, fornecendo informações básicas a respeito destas instituições de vida selvagem. O quinto e sexto capítulos são dedicados ao estudo do Parque Zoológico da FZB/RS e do GramadoZoo, respectivamente, buscando entender como esses parques se apresentam ao público e como eles funcionam em seu dia a dia.

## **METODOLOGIA**

Tomada a decisão de trabalhar com zoológicos, diversas razões convergiram para a escolha do Parque Zoológico da FZB/RS e do GramadoZoo. A primeira delas foi a proximidade destes com Porto Alegre – RS, cidade base para a realização deste trabalho, tornando viável a possibilidade de estudá-los. Em segundo lugar, ambos recebem uma grande quantidade de público, possuem diversos recintos e diferentes espécies em seu plantel, sendo instituições realmente voltadas para essas atividades. Por último, foram relevantes as diferenças de contexto entre eles, como o fato de um ser público, inaugurado na metade do século passado; e o outro privado, passados poucos anos da sua abertura. Durante os meses de maio a novembro de 2011 realizei cinco visitas em cada zoológico, sendo a primeira exploratória e as outras quatro após obter a autorização da administração. Nessas visitas entrevistei agentes do parque de diferentes áreas como tratadores, gestores, veterinários, educadores, vendedores.

Durante o segundo semestre de 2010, como citado anteriormente, tive a oportunidade de realizar um mestrado sanduíche na Argentina, mais especificamente na cidade de La Plata. Na ocasião, conheci espaços como o Jardín Zoológico y Botánico de La Plata, o Zoo de Buenos Aires e o Museo de Ciencias Naturales de La Plata. Eles não se tornaram objetos de estudo deste trabalho, mas serviram para me aproximar tanto dos zoológicos como de um olhar etnográfico que procurei exercitar durante a visita a essas instituições.

Voltando ao Brasil, realizei uma visita inicial ao Parque Zoológico da FZB/RS e ao GramadoZoo, buscando contatos que pudessem autorizar meu trabalho nesses locais e aproveitando para me aproximar desses espaços, caminhando pelos parques, observando o ambiente e conversando com funcionários e visitantes. Após essa etapa, enviei aos responsáveis um pequeno projeto (APÊNDICE A), apresentando-me, meu estudo, os objetivos deste e o tipo de metodologia a ser usada nesses encontros.

No final de março de 2011, tive oportunidade de participar do 35º Congresso da Sociedade de Zoológicos do Brasil, realizado em Gramado-RS. Nele, palestrantes e gestores de zoológicos de todo o mundo, dialogando com profissionais oriundos de diferentes partes do Brasil, apresentaram passado, presente e perspectivas futuras dos zoológicos. Apesar desse evento não se sobressair durante este trabalho, ele foi muito importante para me ajudar a compreender o que é um zoológico, como ele se organiza e quais seus objetivos.



Sendo os projetos de apresentação aprovados pelas instituições em questão, foram feitas quatro visitas de turno integral em cada um desses zoológicos. A coleta de dados foi realizada a partir de um olhar antropológico. Segundo Hélio Silva (2009), o trabalho do etnógrafo consiste na “sua circulação no campo, sua observação do campo e sua versão do que aconteceu ali e seus significados” (p. 185), ou, como o próprio autor resume, em uma atividade de andar, ver e escrever, “três fluxos que se encontram dinamicamente inter-relacionados, a exercerem e sofrerem influências recíprocas” (p. 185). A ideia não era que este trabalho fosse, necessariamente, uma etnografia, pois esta em geral exige uma imersão profunda no campo; a intenção era realizar visitas com um olhar guiado a partir dessa perspectiva de andar, ver e escrever do etnógrafo, acionando técnicas de observação participante e sistemática dos locais pesquisados, tendo como foco tanto o ambiente físico, geográfico e institucional, quanto as relações entre usuários e espaço dos zoológicos. Foram acompanhadas também algumas das atividades desenvolvidas no zoológico, por exemplo, o trabalho de tratadores, educadores, veterinários e as visitas de algumas escolas, visando compreender melhor como o parque opera em seu dia a dia.

Além dessas observações, foram realizadas também entrevistas semi-estruturadas (APÊNDICE B). Segundo Lüdke & André (1986, p. 34), “[...] a entrevista semi-estruturada se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações”. Em outras palavras, nesta metodologia elaboram-se algumas perguntas mais ou menos abertas para serem livremente respondidas pelo entrevistado, tornando mais provável que os pontos de vista dos sujeitos sejam melhor expressos em relação a uma entrevista padronizada ou a um questionário (FLICK, 2004). Lüdke & André também salientam algumas qualidades peculiares desse tipo de abordagem:

A grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos. Uma entrevista bem-feita pode permitir o tratamento de assuntos de natureza estritamente pessoal e íntima, assim como temas de natureza complexa e de escolhas nitidamente individuais. Pode permitir o aprofundamento de pontos levantados por outras técnicas de coleta de alcance mais superficial, como o questionário. E pode também, o que a torna particularmente útil, atingir informantes que não poderiam ser atingidos por outros meios de investigação, como é o caso de pessoas com pouca instrução formal, para as quais a aplicação de um questionário escrito seria inviável (LÜDKE & ANDRÉ, 1986, p.34).

Foram, então, entrevistados agentes do parque de diferentes áreas, como tratadores, gestores, veterinários, educadores, vendedores, entre outros. A entrevista semi-estruturada, entretanto, serviu de instrumento norteador das pesquisas apenas nos primeiros encontros.

Depois de algumas conversas, as perguntas iniciais se tornaram obsoletas, creio que principalmente por duas razões: a primeira é que eu já tinha um maior conhecimento de como os zoológicos funcionavam, o que fez com que as respostas que anteriormente agregavam diversas informações se tornassem um tanto previsíveis; a segunda razão é que, com a reconstituição do campo por meio da prática da escrita, surgiam diversas outras dúvidas, mais específicas, que foram registradas e passaram então a nortear as últimas conversas realizadas com os funcionários dos parques nos encontros finais. Muitas vezes eram procuradas as mesmas pessoas para poder responder a alguma questão específica que havia ficado de uma entrevista anterior.

Dessa forma, as informações foram obtidas por meio dessas duas metodologias de coleta de dados, juntamente com a análise de documentos dos parques, materiais pedagógicos, comunicação visual e de páginas virtuais.

## 1. NATUREZA E ARTIFÍCIO

“Você acredita na realidade?”

Esse é o nome do primeiro capítulo do livro ‘A Esperança de Pandora’, do filósofo e antropólogo Bruno Latour. Confesso que não compreendi muito bem, na primeira vez em que li esse texto em uma disciplina do mestrado, o que ele queria dizer com “perder a realidade” e “cérebro extirpado”. Mesmo assim, essa pergunta permaneceu em meus pensamentos. Tentando melhor entender como um zoológico é apresentado aos seus visitantes, acabei chegando nessa mesma questão: você acredita na realidade? Novamente o mesmo capítulo encontrava-se aberto sobre minha escrivaninha, dessa vez como uma possibilidade de contribuir com o meu trabalho. Porém, nessa ocasião, as coisas já faziam um pouco mais de sentido.

Essa possibilidade surgiu a partir da necessidade de se compreender como nossa sociedade enxerga a natureza, para assim, poder discutir com mais propriedade o contato com um mundo selvagem que o zoológico busca proporcionar aos seus visitantes. Esse caminho tem início por Donna Haraway (1989), e faço uso de alguns de seus pensamentos para tentar elucidar meus objetivos. Segundo ela, um fato pode ser pensado como algo que seja o original. Sendo assim, convém que este seja descoberto, e não construído ou inventado. Em contrapartida, a ficção pode ser imaginada como uma “versão fabricada do mundo e da experiência” (p. 3), o que pode ser perigoso, uma vez que esta será uma fantasia do que realmente aconteceu. A questão não é necessariamente discutir “fato” ou “ficção”, mas sim distinguir que o que de fato acontece não é exatamente igual à versão contada posteriormente. Isso significa dizer que relatos, mesmo que se busque fazê-lo de forma mais precisa possível, não são capazes de contar a realidade. Sendo assim, a plenitude do presente é indizível. Mas não é esse o trabalho da ciência: descrever fenômenos, descobrir a ordem por trás do aparente caos da realidade?

A prática científica consiste na narrativa de uma experiência, observada por meio de tecnologias que incluem “ferramentas físicas, tradição em interpretações e relações sociais específicas” (p. 4) e, assim, são transformadas em linguagem, em metáforas que darão sentido a essas descobertas. Essas metáforas podem ser pensadas como a tentativa de narrar um acontecimento por meio de linguagens e significados pertencentes a um contexto cultural. Então, retornemos a Latour: “Uma palavra substitui uma coisa, mas conserva um traço que a define” (2001, p. 80). Algumas semelhanças nos temas e no modo de pensar de Haraway e

Latour não são coincidências: eles são não somente pesquisadores contemporâneos como também influência um para o outro. Mas voltando à realidade, o relato de um acontecimento não é o próprio acontecimento; afinal, a palavra substitui a coisa, apesar de conservar o traço. A narrativa nos remete à experiência, mas não tem a capacidade de sê-la.

Estando, até aqui, esclarecida a ideia da impossibilidade de se relatar a realidade tal qual ela realmente é – ou foi – podemos ir adiante. A partir disso, é plausível fazer a seguinte pergunta: sendo os conhecimentos que possuímos, e utilizamos para tentar compreender o ambiente ao nosso redor, constituídos de narrativas – algo como um sentido figurado do que acontece – quanto da realidade realmente conhecemos? A resposta, segundo Santos (2000, p. 244-245), chega a ser considerada evidente:

Talvez se configure como uma quase obviedade, mas todo o conhecimento é uma representação acerca do mundo e das coisas, pois *nunca* teremos acesso ao mundo real – ele mesmo, já, uma construção da linguagem -, à verdade das coisas, exceto àquelas verdades que nós mesmos/as construímos e nas quais acreditamos, porque podemos entendê-las, quantificá-las, sentir seus efeitos etc., justamente porque construímos as significações que nos permitem vê-las de tal forma.

Não somos capazes de enxergar através de um olhar neutro e, assim, apto a mostrar a verdade, mas sim através de sentidos limitados cobertos por lentes intermediadoras carregadas de significados. Somos impossibilitados de descrever a realidade pelo fato de que não a podemos observar e/ou sentir com a precisão e neutralidade na qual ela ocorre. É aí que entram o “perder a realidade” e o “cérebro extirpado”. Se tentássemos recuperar a realidade através de uma mente limpa de linguagens e significados, ou seja, neutra – também chamada de “cérebro extirpado” –, poderíamos assim enxergar a realidade?

Bombardeado [o cérebro extirpado] por um mundo reduzido a estímulos sem sentido, queria-se que extraísse de tais estímulos todo o necessário para restaurar as formas e histórias do mundo. O resultado foi semelhante a um televisor mal conectado e nenhuma tentativa de sintonização conseguiu fazer com que esse precursor da rede neural produzisse mais que um traçado de linhas borradas e pontinhos brancos caindo como neve. Nenhuma forma era reconhecível. Perdera-se a certeza absoluta, tão precárias se revelaram as conexões dos sentidos com um mundo que ia sendo empurrado cada vez mais para fora. Havia estática demais para que se houvesse uma imagem nítida (LATOURE, 2001, p. 17).

Uma mente limpa de linguagens não seria capaz de enxergar sentido nas coisas. Sequer haveria coisas. Deveríamos dar a ela algumas instruções básicas para que esta pudesse produzir qualquer significado. Porém, isso seria dar a ela intermediações, remover dela o

poder da neutralidade e, como resultado, as formas e histórias produzidas por ela deixariam de ser a realidade.

Creio que o raciocínio desenvolvido até aqui sobre a realidade seja suficiente para compreender a ideia de que vivemos em um mundo, de certa forma, artificial. Gostaria de esclarecer que não estou defendendo que a realidade não exista, pelo contrário. A realidade existe. O que ponho em questão é a nossa capacidade em acessá-la. O mundo existe, interage e acontece, mas possivelmente de forma bastante diferente e mais complexa do que nos é permitido compreender. Fazendo uma analogia com o tema em questão, concordo que exista, de fato, uma “natureza natural”. Entretanto, aquilo a que temos acesso são apenas narrativas criadas por pessoas que dão ao natural um sentido figurado para que este possa ser compreendido. Ou seja, o conhecimento que possuímos foi produzido, é um intermediário – carregado de significados e intenções – entre o real e nossa capacidade de compreensão. A natureza, como a conhecemos é uma natureza construída, simbolizada, fabricada, e nesta medida, artificial.

### 1.1. As narrativas em ciências naturais

Partindo de uma perspectiva em que a natureza que conhecemos foi construída, passemos então ao processo de fabricação. De acordo com Haraway (1992, p. 298), “organismos não nascem, eles são feitos”. Essa afirmação, que possivelmente causaria alvoroço em um curso de graduação em biociências se não estivesse contextualizada, resume o que Santos (2000) conclui, a partir de suas leituras dos trabalhos de Donna Haraway: “o mundo adquire sentido pela nomeação, pela classificação, enfim, pelo discurso” (p. 241). As informações que somos capazes de obter de qualquer objeto que esteja sendo analisado estão contaminadas e limitadas pelos nossos costumes, linguagens, política, economia, ética, história, pesquisas anteriores e possivelmente – indo ao encontro com minha própria afirmação – ainda outros fatores. Na mesma direção, Haraway (1997, p. 217) afirma que “Nenhum objeto natural do mundo fala sua verdade livre de metáfora e história através de uma racionalidade objetiva, e pressupondo uma ciência universal”. Santos (2000) utiliza o exemplo dos moluscos para abordar o atrelamento de uma coisa ao seu nome: a palavra “molusco” nos faz resgatar intrinsecamente todos os conhecimentos ligados a esses organismos, representando-os como se fossem os próprios. Porém, segundo ele, essa foi apenas uma forma de construir o mundo vivo como o conhecemos:

Embora pensemos falar dos próprios organismos moluscos, não é deles que falamos... Falamos com a boca e com os olhos de uma tradição de pelo menos quatro séculos que nos ensinou um modo de ver e especificar o mundo que não é nem um pouco natural – embora o ‘jogo’ seja precisamente este. Assim, falar de moluscos é falar também da história que os produziu (p. 253).

Feita uma narrativa, bastante particular, de uma análise de um fragmento da realidade, esta passa a se constituir de uma fonte de conhecimento para outras pessoas que tenham interesse pelo mesmo assunto. O efeito é que quem o lê não está em contato direto com o que aconteceu, mas sim com a história contada a respeito do que foi observado e interpretado pelo autor da narrativa. E se esse leitor passar adiante o que aprendeu, estará transmitindo sua tradução do que foi compreendido da história contada a partir do que o autor conseguiu absorver do que realmente aconteceu, assim por diante. Para tornar o assunto menos abstrato, voltemos a Donna Haraway e algumas de suas reflexões acerca dos dioramas que ela observou no Museu Americano de História Natural, localizado na cidade de Nova York – Estados Unidos.

## 1.2. Uma prática de contar histórias: dos dioramas aos zoológicos

Podemos pensar nos dioramas como se fossem maquetes. Entretanto, diferentemente de uma maquete – que busca representar em diferente escala um local ou objeto – o diorama tem a intenção de apresentar uma cena em particular. Para a autora, um diorama tem como finalidade contar parte de uma história. No caso dos dioramas que apresentam animais inseridos em uma paisagem específica, Haraway (1989) afirma que estes também possuem a intenção nos contar uma história: “uma parte da história natural” (p. 29). Os animais e seus *habitats* foram dispostos de acordo com a visão dos criadores daqueles espaços, apresentando no museu em questão, geralmente, o seguinte aspecto:

Cada diorama contém um pequeno grupo de animais em primeiro plano, no centro de reproduções perfeitas de plantas, insetos, rochas, solo. Pinturas que lembram o cenário de um filme de Hollywood formam uma paisagem por trás do grupo, indo até o teto, criando uma grande vista panorâmica de uma cena do continente africano (p. 29-30, tradução nossa)<sup>1</sup>.

Esse pequeno grupo de animais é em geral composto por “um grande e vigilante macho, uma ou duas fêmeas e um filhote. Talvez alguns outros animais – um macho

---

<sup>1</sup> Tradução do seguinte trecho: “Each diorama contains a small group of animals in the foreground, in the midst of exact reproductions of plants, insects, rocks, soil. Paintings reminiscent of Hollywood movie set art curve in back of the group and up to the ceiling, creating a great panoramic vision of a scene on the African continent”.

adolescente talvez – mas nunca uma besta deformada ou idosa” (p. 30, tradução nossa)<sup>2</sup>. Um olhar mais atento possibilita, segundo a autora, desvendar ainda outros detalhes:

Cada diorama tem pelo menos um animal que captura o olhar do visitante e o mantém em comunhão. O animal está vigilante, pronto para soar um alarme frente à intrusão do homem, mas preparado também para manter permanentemente o olhar do encontro, o momento da verdade, o conflito original. O momento se mostra frágil, os animais prestes a desaparecerem, a comunhão prestes a ser quebrada; a Câmara ameaça se dissolver no caos da Era do Homem. Mas não. O olhar permanece [...]. Não há obstáculo para esta visão, nem mediação. O vidro na frente do diorama proíbe a entrada do corpo, mas o olhar convida sua penetração visual. O animal está congelado em um momento de vida suprema, e o homem é trespassado. Não é qualquer animal que pode realizar este ato. [...] Os animais nos dioramas transcenderam a vida mortal, e mantêm sua pose para sempre [...]. Isto é uma visão espiritual possível apenas pelas suas mortes e literais re-apresentações. (HARAWAY, 1989, p. 30, tradução nossa)<sup>3</sup>.

Como um livro sobre o assunto, o diorama tem muito a nos dizer a respeito da aparência, do tamanho e do peso de um gorila, por exemplo, bem como de seus comportamentos e dos locais onde vive. Entretanto, assim como em um livro, ele não tem a capacidade de nos mostrar como vivem os gorilas se não por meio da narrativa. Nessa intermediação a perda de aspectos da realidade é inevitável. Contudo, além dessa perda ocorrem também desvios de como as coisas são para como elas são representadas. Ilustrando esses desvios através dos dioramas, podemos citar aspectos como: animais apresentados em um conjunto familiar usual aos seres humanos – de pai, mãe e filhotes – mesmo não sendo este o comportamento típico da espécie; espécimes dispostos, como cita Donna Haraway, não em atividades de seu cotidiano, mas sim no momento do encontro – da interferência – com o ser humano; exemplares modelos, geralmente de grande porte, sem deformações, não idosos, sem problemas externos aparentes. Não se trata, então, de contar a história natural como ela aconteceu, mas sim como ela foi – ou no caso, poderia ter sido – em determinado momento. Utilizando as palavras de Haraway: “A prática científica pode ser considerada como um tipo de prática de contar histórias” (1989, p. 4)<sup>4</sup>.

<sup>2</sup> Tradução do seguinte trecho: “[...] a large and vigilant male, a female or two, and one baby. Perhaps there are some other animals – a male adolescent maybe, never an aged or deformed beast”.

<sup>3</sup> Tradução do seguinte trecho: “Each diorama has at least one animal that catches the viewer’s gaze and holds it in communion. The animal is vigilant, ready to sound an alarm at the intrusion of man, but ready also to hold forever the gaze of meeting, the moment of truth, the original encounter. The moment seems fragile, the animals about to disappear, the communion about to break; the Hall threatens to dissolve into the chaos of the Age of Man. But it does not. The gaze holds [...]. There is no impediment to this vision, no mediation. The glass front of the diorama forbids the body’s entry, but the gaze invites his visual penetration. The animal is frozen in a moment of supreme life, and man is transfixed. No merely living organism could accomplish this act. [...] The animals in the dioramas have transcended mortal life, and hold their pose forever [...]. This is a spiritual vision made possible only by their death and literal re-presentation”.

<sup>4</sup> Tradução do seguinte trecho: “Scientific practice may be considered a kind of story-telling practice”.

Atualmente, não é somente por meio de livros e museus que os intermediadores, ou contadores de histórias, nos contam a sua versão da história natural. Fazendo uma analogia com os dioramas, os zoológicos, através de seus recintos e exemplares vivos de distintas espécies, também disponibilizam acesso a esses conhecimentos. Como exemplo, é possível citar as adaptações e os enriquecimentos realizados nos alojamentos dos animais para amenizar alguns dos prováveis desconfortos causados pela vida em cativeiro. Os recintos, por consequência, acabam nos fornecendo elementos que permitem desvendar informações a respeito dos animais, como seus *habitats* e comportamentos. Assim como livros e museus, os zoológicos são uma importante forma de acesso de um ser humano cada vez mais urbano a um modelo, mesmo que fabricado, de um mundo natural intocado. Eles são um exemplo de local criado por nossa sociedade para proporcionar o encontro entre humanos – frutos de um processo civilizatório – e, possivelmente, o que foi extraído e/ou modificado neles durante o percurso. Esta “extração”, entretanto, já é outro tema bem diferente. Entretanto, parte dele torna-se pertinente de ser discutida em um trabalho que pretende abordar a nossa relação para com os demais animais: onde começa um e termina o outro?



## 2. FRONTEIRAS ENTRE O HUMANO E O ANIMAL

Apesar de sermos todos animais, esse termo costuma a ter conotação pejorativa em nossa sociedade. Um dicionário virtual<sup>5</sup> define o animal como sendo, além de um ser vivo multicelular que responde a estímulos e se alimenta de matéria orgânica, um “ser vivo irracional, por oposição ao homem”. Utilizar esta palavra ‘animal’ em seu sentido figurado, como adjetivo a uma pessoa, seria o mesmo que chamá-la de um ser “bruto, estúpido, grosseiro”. Para o termo “humano”, o mesmo dicionário o define como “bondoso, benfazejo, compassivo”. Hoje, quando se fala em “os animais”, essa referência geralmente procura abranger o cão, o gato, o cavalo, o jacaré, a onça; enfim, todas as espécies do Reino Animal com exceção do *Homo sapiens*. Como é possível que o ser humano seja, e ao mesmo tempo não seja, visto como um animal? Pensando a partir de uma perspectiva evolucionista, considerando que a nossa origem sejam os primatas, espécies que incluímos atualmente no grupo de animais e excluimos do grupo dos humanos, poderíamos questionar quando foi que o animal tornou-se humano?

Esta etapa do presente estudo é destinada a discutir as fronteiras entre o ser humano e o animal. A pretensão não é oferecer uma resposta única, já que não existe consenso sobre o assunto. O objetivo nesta parte do trabalho é apresentar a forma com que alguns autores delimitam – ou não – onde termina o animal e começa o ser humano, e quais as características que somente o ser humano possui em comparação com os demais seres vivos, apontando também, quando discutido pelo autor, possíveis consequências que essa singularidade possa apresentar em nossa relação para com as demais formas de vida. Para tanto, foram escolhidos alguns dos autores que discutem o tema e que tiveram relevância em meus estudos durante graduação e/ou mestrado, dispostos aqui em ordem aleatória, ou seja, sem a pretensão de estabelecer qualquer tipo de hierarquia em relação à ordem em que aparecem no texto.

### 2.1. Peter Singer e o conceito de pessoa

Peter Singer nasceu em 1946 em Melbourne, na Austrália, e atualmente é professor da Universidade de Princeton, nos Estados Unidos. Ele é um filósofo contemporâneo que incitou o debate filosófico sobre o *status* moral dos animais. Esse autor acredita que o dever ético é determinado pelos valores comparativos das consequências de uma ação. Com a publicação,

---

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/>>. Acesso em 08 dez. de 2011.

em 1975, de seu livro *Animal Liberation*, Singer fundamenta ideias reformistas, proibindo crueldades desnecessárias para com os animais e lutando pelo estabelecimento de limites dessa utilização. A premissa de sua teoria é a capacidade de sentir dor ou prazer, interesses inerentes aos animais e que deveriam ser considerados para a utilização destes, o que não o torna um abolicionista dessas práticas (SANDERS; FEIJÓ, 2010; FEIJÓ, 2011).

Singer parte de duas interpretações distintas sobre o significado da condição humana para introduzir sua discussão sobre ser humano. Na primeira, ser humano significa ser organismo pertencente à espécie *Homo sapiens*. Segundo o autor, nessa perspectiva não restam dúvidas de que até mesmo um embrião, constituído a partir de gametas humanos, é um ser humano. Já na segunda, Singer (1998) resgata as palavras do teólogo protestante Joseph Fletcher, para quem ser humano significa apresentar “indicadores de humanidade”, estes que seriam “consciência de si, autocontrole, senso de futuro e passado, capacidade de relacionar-se com os outros, preocupação com os outros, comunicação e curiosidade” (p. 96). Ambos os conceitos são utilizados para descrever o “humano”, porém não são equivalentes: “poderia haver uma pessoa que não fosse membro de nossa espécie. Também poderia haver membros de nossa espécie que não fossem pessoas” (p. 97). O autor diferencia os dois significados, nomeando o primeiro como “membro da espécie *Homo sapiens*” e o segundo como “pessoa”.

Singer faz o uso dessas duas versões do que seria um ser humano com o intuito de repensar os limites entre as espécies e questionar o modo com que os não-humanos eram – e ainda são – utilizados. Ele se mostra contra o privilégio dos animais humanos possuírem maiores direitos que os demais animais pelo simples fato de pertencerem à espécie *Homo sapiens*. Segundo o autor, “Dar preferência à vida de um ser simplesmente porque ele é membro de nossa espécie é algo que nos colocaria na mesma posição dos racistas, que dão preferência aos que são membros de sua raça” (SINGER, 1998, p. 98). Ele chega até a utilizar o termo “especismo”, definido por ele como “[...] um preconceito ou atitude parcial em favor dos interesses de membros de nossa própria espécie e contra os interesses dos membros de outras espécies” (SINGER, 2002, p. 52).

Com esse tipo de pensamento, menos antropocêntrico, Singer mostra-se adepto da segunda interpretação do conceito de pessoa, porém com uma ponderação acerca de seus limites. Essa afirmação pode também ser explicada pelas próprias palavras do autor ao comentar um verso que diz “todo coração humano é humano”:

Ainda que possa ser pedante corrigir uma expressão poética, a transcendência ética de distinguir entre os dois sentidos se poderia expressar dizendo que nem todo o coração humano é humano e que alguns corações não-humanos são humanos. O

coração do bebê anencefálico Valentina era um coração de um membro da espécie *Homo sapiens*, mas independentemente de quanto tempo tenha vivido Valentina, seu coração nunca bateu mais rápido nas vezes em que sua mãe entrou no quarto, porque Valentina nunca pôde sentir emoções de um amor ou preocupação por nada. O coração da gorila Koko, pelo contrário, não é um coração de um membro da espécie *Homo sapiens*, mas é um coração capaz de relacionar-se com outros e de mostrar amor e preocupação por eles. No segundo sentido da expressão ‘ser humano’, o coração de Koko é mais humano que o de Valentina (SINGER, 1997, p. 203).

Apesar de mostrar-se contra o especismo, que enxerga os seres humanos como entidades exclusivamente por pertencerem à espécie *Homo sapiens*, Singer não defende a igualdade entre todos os animais, sejam eles humanos ou não-humanos. Para ele, “O direito à vida não é um direito dos membros da espécie *Homo sapiens*; ele é [...] um direito que devidamente pertence às pessoas. Nem todos os membros da espécie *Homo sapiens* são pessoas, e nem todas as pessoas são membros da espécie *Homo sapiens*” (SINGER, 2002, p. 277). Para justificar essa preferência pelas pessoas, o autor defende que somente estas podem compreender e até mesmo planejar possibilidades para o futuro – por exemplo, estudos, relações pessoais, carreiras profissionais, vida familiar –, e desejar continuar vivendo, o que, segundo ele, significa que o ato de pôr fim à vida das pessoas contra a vontade delas não equivale a fazer o mesmo com seres que não são pessoas. “Por todas essas razões, matar uma pessoa contra a vontade desta é um erro muito mais sério do que matar um ser que não é uma pessoa” (SINGER, 2002, p. 271).

Mesmo defendendo uma lógica que favorece o conjunto de seres que ele considera como sendo pessoas – sejam eles humanos ou não-humanos – frente aos demais animais, Singer traz importantes ideias reformistas que têm como intuito coibir a crueldade desnecessária com qualquer animal. O autor tem como premissa de sua teoria a capacidade de sentir dor ou prazer, ou seja, reconhece todos os animais como seres sensíveis, e sendo detentores de sensibilidade, passam também a ter interesses. Esse reconhecimento implica em uma variação da norma utilitarista clássica “maior bem-estar para um maior número de indivíduos” para uma distinta forma de atuação moral: “escolher a opção que otimize o bem-estar geral” (SANDERS; FEIJÓ, 2010; FEIJÓ, 2011).

Singer (1998, p. 140) esclarece e estabelece os limites dos interesses desses animais em um trecho que também elucida, brevemente, a lógica de seu pensamento utilitarista:

Na medida em que os seres sencientes são conscientes, eles têm interesse em experimentar tanto prazer e tão pouco sofrimento quanto possível. A condição de senciente basta para que um ser seja colocado dentro da esfera da igual consideração de interesses, mas isso não significa que o ser tenha um interesse pessoal por continuar vivo.

Para Singer, então, ser humano significa apenas ser um organismo que pertence à espécie *Homo sapiens*. Pessoa seria uma condição de existência em que determinado animal apresente um grupo específico de características já citadas anteriormente. Para o autor, seria um tipo preconceito – chamado por ele de especismo – excluir não humanos dessa condição de existência somente por não pertencerem à espécie *Homo sapiens*, bem como incluir todos os seres humanos nessa categoria pela mesma razão. Os animais “não pessoas”, por serem seres sencientes, deveriam ter o seu interesse em não experimentar o sofrimento respeitado, porém não de forma igual aos animais pessoas. Estes últimos, em função de suas capacidades já salientadas, teriam uma gama maior de aspirações; conseqüentemente, teriam mais interesses a serem considerados e, portanto, confere-se a eles também outros direitos que vão além da vontade de não experimentar o sofrimento.

## 2.2. Hans Jonas e a representação por meio da imagem

Hans Jonas (1903 – 1993) foi um filósofo nascido na cidade de Mönchengladback, na Alemanha, de origem judia e discípulo de Martins Heidegger por volta de 1920. O autor ficou conhecido principalmente pela sua obra “O Princípio da Responsabilidade”, em que realiza “uma avaliação extremamente crítica da ciência moderna e de seu braço armado, a tecnologia”, ressaltando a “necessidade do ser humano de agir com parcimônia e humildade diante do extremo poder transformador da tecnociência” (SIQUEIRA, 2011).

Jonas enxerga no surgimento da vida uma nova fase de organização cósmica. Diferentemente da natureza inorgânica, ou o não-ser, o ser passa a ter uma finalidade, uma subjetividade, uma liberdade, esforçando-se assim para continuar a ser (MEISTER, 2008).

Com o surgimento da vida adquiriu pela primeira vez significado a distinção existencial entre o ser e não-ser; perenemente ameaçada pela possibilidade da sua negação, a vida tem que se manter tenazmente em ser; tem que empreender uma série de complexas e engenhosas ações de auto-conservação para não sucumbir à sua diabólica contrária, a morte. Deste modo, o drama da vida, suspenso momentaneamente entre o ser e a negação, dá início à ideia de finalidade existencial de um modo inteiramente alheio à esfera da natureza inorgânica (WOLIN, 2003, p. 174-175).

Para Jonas, o metabolismo se constitui no primeiro sinal de independência de um ser vivo para o mundo inorgânico que o cerca. Sendo assim, o autor define a vida como identidade que se reafirma, realiza e desafia diante do meio físico circundante. (MEISTER,

2008). Isso torna o ser vivo uma matéria em constante transição, com forma definida, porém não permanente.

No ser vivo a forma não passa de um estado de composição mutante, de um acidente da matéria, que é permanente. Mas na forma viva, ativa e organizativa, os conteúdos materiais mutantes são estados do seu ser, que permanece idêntico; a variedade daqueles é o âmbito de ação de sua unidade; e em vez de dizer que a forma viva é uma região de passagem da matéria, mais correto será dizer que a sucessão dos estados de matéria que em cada momento a constituem são fases transitórias do processo da forma que se auto-constitui (JONAS, 2004, p. 103).

Essa forma de pensar o metabolismo como detentor de liberdade, desafiando o ambiente em busca de sua manutenção, outorga a qualquer organismo um interesse: o de permanecer vivo. Isso concede a todos os seres da natureza, segundo o autor, o direito de existir. Sendo assim, a vida não é um bem a ser utilizado pelos seres humanos para satisfazer suas necessidades (MEISTER, 2008).

Apesar de propor uma igualdade de direitos, o autor reconhece a existência de uma característica que pode ser observada apenas nos seres humanos. Para Jonas, a habilidade de representar, ou a criação de uma imagem, caracteriza a singularidade desses seres. Um animal, quando faz uso de algum objeto, tem por objetivo fazer dele um instrumento que traga algum benefício físico, como alimentação, reprodução, abrigo, etc. Já os seres humanos conseguem utilizar objetos para fazer uma representação da realidade, imitando assim o natural pelo artificial. A semelhança, porém, não é completa, pois se fosse, deixaria de ser uma representação (JONAS, 2004).

A incompletude assume graus de liberdade diferente (porque a semelhança é artificial) [...]. A incompletude da semelhança da imagem significa a escolha de traços ‘representativos’, ou ‘característicos’ ou ‘importantes’ do objeto, isto é, de sua aparência para o sentido a que a imagem se dirige (JONAS, 2004, p. 186).

O autor apresenta oito argumentos nos quais defende a imagem como sendo, então, essa característica própria do ser humano. Entre eles está a capacidade da imagem de representar “[...] um perigo, sem ser perigosa; o prejudicial, sem causar prejuízo; o desejado, sem satisfação do desejo” (MEISTER, 2008, p. 76). Diferentemente dos seres humanos, alguns animais conseguem reconhecer o objeto, porém não são capazes de compreender possíveis representações que possam estar impressas nele.

Para Jonas, essa habilidade trouxe consequências no desenvolvimento histórico tão peculiar dessa espécie. Não era esperado que as ações dos seres humanos tivessem efeitos cumulativos que pudessem não somente ter consequências drásticas para a

contemporaneidade como também comprometer o futuro. O autor reconhece o poder que o ser humano possui sobre o destino das demais formas de vida, atribuindo a eles, assim, o que chama de princípio da responsabilidade. Segundo Jonas, essa preocupação existente com a manutenção de nossa espécie deve ser ampliada aos demais seres vivos, não somente pelo fato de que esse cuidado é requisito para nossa própria sobrevivência, mas também porque o futuro dessas formas de vida está, atualmente, em nossas mãos, o que nos confere uma responsabilidade perante elas:

Mesmo que fosse possível separar as duas coisas – ou seja, mesmo que em um meio ambiente degradado (e em grande parte substituído por artefatos) fosse possível aos nossos descendentes uma vida digna de ser chamada de humana, mesmo assim a plenitude da vida produzida durante o longo trabalho criativo da natureza e agora entregue em nossas mãos teria o direito de reclamar nossa proteção (JONAS, 2006, p. 229).

De acordo com Jonas o ser, diferentemente do não ser, luta constantemente pela sua própria conservação, persiste para continuar a ser, ou seja, a vida passa a ter uma finalidade em si, um objetivo. Isso confere a todos os seres vivos, sem distinções, o direito de existir. O autor reconhece a existência de uma característica que pode ser encontrada somente nos seres humanos, que defende como sendo a capacidade de representação através de imagens. Essa habilidade distinta conferiu aos membros desta espécie um grande poder perante aos demais seres vivos, o que acabou causando mudanças drásticas em nosso planeta. Para Jonas, essa vantagem não concede aos seres humanos privilégios, mas sim uma responsabilidade para com o futuro das demais formas de vida.

### 2.3. Donna Haraway e os ciborgues

Donna Haraway nasceu em 1944, na cidade de Denver, capital do estado norte-americano do Colorado, e é atualmente professora da Universidade da Califórnia, Santa Cruz, onde ensina Teoria Feminista, Estudos Históricos e Culturais e Estudos da Ciência e da Tecnologia. Entre as publicações da autora, estão: *A Cyborg Manifesto: Science, Technology, and Socialist-Feminism in the Late Twentieth Century*, de 1985; *Primate Visions: Gender, Race, and Nature in the World of Modern Science*, 1989; *Modest\_Witness@Second\_Millennium.TheFemaleMan©\_Meets\_OncoMouse™*, 1997 e *The Companion Species Manifesto: Dogs, People, and Significant Otherness*, 2003 (SILVA, T., 2000).

Para melhor esclarecer o pensamento de Donna Haraway sobre o que distingue os seres humanos dos demais animais, torna-se pertinente primeiro apresentar outro tipo de pensamento, de foco mais central dos discursos da autora: a relação entre humano e máquina.

“[...] onde termina o humano e onde começa a máquina? Ou, dada a ubiquidade das máquinas, a ordem não seria a inversa?: onde termina a máquina e onde começa o humano? Ou ainda, dada a geral promiscuidade entre o humano e a máquina, não seria o caso de se considerar ambas as perguntas simplesmente sem sentido?” (SILVA, T., 2000, p. 12-13).

Confesso que a impressão que tive quando li esse trecho pela primeira vez – levando em consideração os anos em que fui aluno de ciências biológicas e o olhar que adquiri a partir disso – foi de que se tratava de um completo absurdo, de que não haveria argumentos que a autora pudesse me fornecer que tornassem verdadeira a afirmação de que seria tênue, e talvez até mesmo indistinguível, a fronteira entre humanos e máquinas. Não foram necessárias muitas outras páginas para me convencer de que se tratava de um ponto de vista que pode fazer bastante sentido.

Voltando ao excerto de Tomaz Silva, considerar ambas as perguntas sem sentido seria admitir a simbiose entre humano e máquina, consentir que somos produtos da ciência e da tecnologia, reconhecer não só as possibilidades que temos em planejar e modificar nossos corpos como também a implementação de atributos cada vez mais humanos nas máquinas. O que pode parecer fala de algum filme de ficção científica futurístico é, na verdade, Donna Haraway (2000, p. 41) descrevendo o aqui e o agora: “No final do século XX, neste nosso tempo, um tempo mítico, somos todos quimeras, híbridos – teóricos e fabricados – de máquina e organismo; somos, em suma, ciborgues”. Essa perspectiva do ciborgue se dá pelo fato de que diversas intervenções vêm alterando organismos e máquinas, “contribuindo para confundir suas respectivas ontologias” (SILVA, T., 2000, p. 14). Humanos estão se tornando cada vez mais mecanizados e máquinas cada vez mais humanizadas. Kunzru (2000, p. 26) argumenta, por exemplo, que “Vencer os Jogos Olímpicos na era do ciborgue não tem a ver simplesmente com correr mais rápido. Tem a ver com ‘a interação entre medicina, dieta, práticas de treinamento, vestimentas e fabricação de equipamentos, visualização e controle do tempo’”. Indo além do exemplo do esporte, Tomaz Silva (2000, p. 14) nos traz uma lista de intervenções que contribuem nesse processo de hibridização de humano e máquina, ou pensando de outra forma, da constituição do ciborgue:

Implantes, transplantes, enxertos, próteses. Seres portadores de órgãos ‘artificiais’. Seres geneticamente modificados. Anabolizantes, vacinas, psicofármacos. Estados ‘artificialmente’ induzidos. Sentidos farmacologicamente intensificados: a percepção, a imaginação, a tesão. Superatletas. Supermodelos. Superguerreiros. Clones. Seres ‘artificiais’ que superam localizada e parcialmente (por enquanto), as limitadas qualidades e as evidentes fragilidades dos humanos. Máquinas de visão melhorada, de reações mais ágeis, de coordenação mais precisa. Máquinas de guerra melhoradas de um lado e outro da fronteira: soldados e astronautas quase ‘artificiais’; seres ‘artificiais’ quase humanos. Biotecnologias. Realidades virtuais. Clonagens que embaralham as distinções entre reprodução natural e reprodução artificial. Bits e bytes que circulam, indistintamente, entre corpos humanos e corpos elétricos, tornando-os igualmente indistintos: corpos humano-elétricos.

Ser ciborgue, porém, não está associado simplesmente com a possibilidade de se autoconstruir, mas também está relacionado com a necessidade de se estabelecerem conexões entre esses organismos.

O mundo de Haraway é um mundo de redes entrelaçadas – redes que são em parte humanas, em parte máquinas; complexos híbridos de carne e metal que jogam conceitos como ‘natural’ e ‘artificial’ para a lata do lixo. Essas redes híbridas são os ciborgues e eles não se limitam a estar à nossa volta – eles nos incorporam (KUNZRU, 2000, p. 26-27).

Ao contrário do que é possível de se supor, o termo ciborgue não é necessariamente pejorativo. A autora não é nenhuma fanática por tecnologia e critica os tecno-utópicos; porém, também não se mostra adepta do que ela chama de tecnofobia incondicional (KUNZRU, 2000). Haraway (2000) argumenta que se trata de uma forma de se pensar como natureza e cultura são reestruturadas: “uma não pode mais ser o objeto de apropriação ou de incorporação pela outra” (p. 43), ou seja, hierarquias, modelos e estruturas passam a ser questionados. Para a autora, certos dualismos existentes nas tradições ocidentais têm sido utilizados como forma de dominação sobre “as mulheres, as pessoas de cor, a natureza, os trabalhadores, os animais – em suma, a dominação de todos aqueles que foram constituídos como outros e cuja tarefa consiste em espelha o eu [dominante]” (p. 99). Entre esses dualismos, os mais relevantes e problemáticos – por fomentarem essa dominação – são, como afirma Haraway, o “eu/outro, mente/corpo, cultura/natureza, macho/fêmea, civilizado/primitivo, realidade/aparência, todo/parte, agente/instrumento, o que faz/o que é feito, ativo/passivo, certo/errado, verdade/ilusão, total/parcial, Deus/homem” (p. 99). O que vem acontecendo é que “a cultura *high-tech* contesta – de forma intrigante – esses dualismos” (p. 100).

Haraway ressalta três quebras de fronteiras cruciais estando entre as principais consequências dessas constantes mudanças e certo desapego para com os costumes: a



fronteira entre o animal e o humano, entre o organismo e a máquina e entre o físico e o não-físico. Não é pretensão deste trabalho aprofundar a discussão sobre todas elas, apesar da quebra de fronteira entre o humano e a máquina já ter sido aqui discutida para apresentar a teoria do ciborgue. O objetivo é discutir a concepção da autora sobre o que distingue os seres humanos dos outros animais. De acordo com Haraway (2000, p. 44-45):

[...] a fronteira entre o humano e o animal está completamente rompida. Caíram as últimas fortalezas da defesa do privilégio de singularidade [humana] – a linguagem, o uso de instrumentos, o comportamento social, os eventos mentais; nada disso estabelece, realmente, de forma convincente, a separação entre o humano e o animal.

Apesar de rejeitar uma fronteira antropocêntrica entre humano e animal que seja digna de conferir privilégios aos primeiros, a perspectiva ciborguiana seria a característica capaz de descrever a forma distinta como estes interagem com o mundo. Kunzru (2000, p. 30) resgata em seu trabalho, de forma integral, as palavras proferidas por Haraway na entrevista realizada por ele com a autora: “os seres humanos já estão, sempre, imersos no mundo, já estão, sempre, envolvidos em produzir – em relações entre si e com os objetos – o que significa ser humano”.

Para a autora, então, os seres humanos podem ser pensados cada vez mais como máquinas capazes de serem reguladas, planejadas e modificadas: seres completamente diferentes do que seriam sem intervenção alguma, organismos artificiais, fabricados. Em contrapartida, máquinas adquirem cada vez mais uma maior gama de percepções e possíveis respostas a esses estímulos: permeiam nosso mundo, ambiente, alimento, necessidades e até mesmos nossos corpos. Humanos e máquinas passam a ser ciborgues, uma miscelânea entre o orgânico e a tecnologia – característica mais marcante que no separaria, então, dos demais seres vivos.

#### 2.4. Tim Ingold e uma nova ciência da humanidade

Tim Ingold, antropólogo britânico nascido em 1948, obteve seu doutorado em Cambridge em 1970 e seu PhD em 1976. Lecionou na Universidade de Manchester e atualmente é professor e diretor do Departamento de Antropologia na Universidade de Aberdeen, na Escócia (UNIVERSIDADE DE ABERDEEN, 2011). Carvalho (2011) apresenta um panorama sobre os focos de pesquisa do autor:

Ingold é um importante pensador contemporâneo com grande reconhecimento na área da antropologia pelo caráter inovador e provocativo da sua reflexão sobre questões centrais e pressupostos basilares das ciências modernas. A partir de um questionamento radical da dicotomia entre natureza e cultura, enquanto domínios ontológicos, ele propõe um novo paradigma que denomina de antropologia ecológica.

Autor de muitas obras, Ingold tem como um de seus mais importantes trabalhos o livro “The Perception of the Environment”, publicado em 2000.

Dentro de seus questionamentos e pesquisas acerca da dicotomia entre cultura e natureza, a humanidade e a animalidade foram não somente tema de seus estudos, mas também título de um artigo de Ingold publicado em 1994. Nesse trabalho, o autor propõe uma nova forma de se construir uma ciência sobre o assunto, ou seja, uma ciência para a humanidade (INGOLD, 1995).

Inicialmente, Ingold ressalta a definição de ser humano como espécie, resgatando alguns dos caminhos trilhados na história da ciência acerca desse assunto. Nessa etapa, o autor resgata algumas questões, que atualmente podem não mais nos causar incômodo, mas já representaram um grave tormento para nossos antepassados, sendo possível salientar a seguinte pergunta: como reconhecer o que é ou não é um ser humano?

Os seres humanos podem apresentar uma miríade de características distintas, podendo ter os mais variados tamanhos, aparências, formatos e cores, isso se levarmos em considerações apenas de aspectos mais aparentes, ou visíveis, sem levar em consideração diferenças imperceptíveis a um olhar, ou inspeção, mais atenta. Isso vale não somente para nossa espécie, mas também para todas as demais. Sendo assim, como podemos concluir que um organismo pertence a uma espécie em particular? Ingold (1995) traz essa pergunta para a nossa espécie, questionando quais os motivos que nos levam a incluir um organismo dentro de espécie *Homo sapiens* e excluir outro?

Taxonomicamente, os organismos são agrupados não pelas suas características aparentes, mas sim pela semelhança entre suas características genéticas. Porém, possuindo uma carga genética tão similar a outro ser vivo, é bastante provável, mas não uma regra, que estes sejam também – morfológicamente – bastante semelhantes. Uma modificação evolutiva importante ocorre de forma lenta e gradual ou, de acordo com a máxima de Darwin (1872, p. 146), “A natureza não dá saltos”, e também não segue um curso pre-determinado. Se fossem traçadas linhas com o intuito de ilustrar a evolução da vida, elas iniciariam com apenas um organismo – ou uma linha – e se bifurcariam no momento em que houvesse diferenças significativas entre os dois organismos resultantes do original. A partir daí, elas iriam se

ramificando cada vez mais, resultado das diversas modificações ao longo do tempo sofridas por dois organismos distintos oriundos de um único ancestral comum. O resultado de uma ilustração da evolução das espécies atuais se apresentaria na forma de um arbusto, ou conhecido também em diversas áreas, incluindo a biologia, como uma árvore: a árvore da vida. Nessa árvore da vida, os seres humanos seriam apenas um ínfimo fragmento que surgiu a partir dos primatas. Ingold (1995) resgata em seu trabalho que cada ramo toma um caminho que jamais foi percorrido anteriormente e jamais será retomado. Por isso, se futuramente os chimpanzés forem mais inteligentes do que são hoje, até mesmo mais inteligentes do que os seres humanos, ainda sim eles não seriam *Homo sapiens*. Sendo assim, em termos de espécie, os seres humanos seriam animais que poderiam vir a ser co-ancestrais de seus futuros descendentes.

Os filósofos, por sua vez, buscam identificar a essência da humanidade de outra maneira, como discute Ingold (1995) na segunda parte de seu trabalho. Em vez de olharem para a árvore da vida e se perguntarem sobre as características que diferenciam os *Homo sapiens* dos demais organismos, eles questionam quais atributos são necessários para que um organismo passe a ser considerado um ser humano. Nessa perspectiva, a humanidade deixa de ser uma classificação de um determinado grupo de seres vivos para se tornar um estado alternativo de um ser. Sendo assim, a animalidade seria a natureza em seu estado bruto, cuja conduta é guiada pelos impulsos e instintos em vez da razão.

Considerar a humanidade como um estado alternativo de um ser implica afirmar que somente quando o ser humano está existindo de modo humano é que ele se revela como ele é. Entretanto, os seres humanos podem viver das mais distintas formas e apresentar os mais variados comportamentos em razão das inúmeras possibilidades culturais. Ou seja, a aptidão para a cultura é uma capacidade de gerar diferenças. Tornar-se humano, então, significa tornar-se diferente dos outros seres humanos. Pode parecer confuso se dito dessa maneira, mas reconhecer-se diante dos outros e criar uma forma pessoal de ser é criar uma identidade, fazendo com que o organismo não mais seja considerado somente como um organismo, mas como um sujeito moral.

Chegando a esse ponto, em que, em uma primeira perspectiva, Ingold (1995) resgata a humanidade como uma categoria biológica – uma espécie – e, na segunda, como uma condição moral, o autor defende que deveríamos transcender a oposição entre essas concepções para melhor compreendermos o significado da humanidade. Ou seja, deveríamos pensar a humanidade não somente como espécie, tampouco unicamente como uma condição, mas sim aliar esses conhecimentos para construirmos uma ciência da humanidade. Para ele,

esse interesse pela singularidade humana não necessariamente merece uma acusação de antropocentrismo, uma vez que o autor defende que toda espécie biológica é singular ao seu modo.

Na versão de Peter Singer, então, seres humanos são organismos que apresentam indicadores de humanidade, também chamados de pessoas, não necessariamente membros da espécie *Homo sapiens*. Para Hans Jonas, são seres com a habilidade de representar, de criar imagens – característica essa que também trouxe diversos impactos para o nosso planeta ao longo da história. Sendo assim, a humanidade – por ser a causadora e também a única capaz de realizar o reparo desses danos – tem a responsabilidade de cuidar, como citado anteriormente, da “plenitude da vida produzida durante o longo trabalho criativo da natureza” (JONAS, 2006, p. 229). Na versão de Donna Haraway, o que nos diferencia dos demais seres vivos é nossa íntima relação com os objetos, tão profunda que, para a autora, fica cada vez mais difícil distinguir onde termina o orgânico e começa a máquina, sendo ambos, segundo ela, análogos a ciborgues. Por fim, Tim Ingold, partindo de uma linha de raciocínio semelhante a de Peter Singer, de que por um lado o ser humano é uma condição de existência e de outro, um membro de uma espécie, conclui que devemos convergir ambas as ciências, formando uma única ciência da humanidade para chegarmos a uma resposta mais próxima a respeito do que realmente significa ser humano.

### 3. A RELAÇÃO ENTRE SERES HUMANOS E OUTROS ANIMAIS

Para melhor compreender o comportamento e a forma com que os seres humanos enxergam os animais na contemporaneidade, torna-se pertinente resgatar como essas interações foram se transformando, buscando encontrar rastros para tentar entender uma possível lógica de como essas relações se conformam atualmente. Thomas (2010), em seu estudo sobre as mudanças de atitude dos seres humanos para com as plantas e os animais em um contexto europeu entre os séculos XVI e XIX, reconstitui parte dessa trajetória, que será resumidamente apresentada aqui com foco nas interações entre seres humanos e animais. O autor salienta, que as pessoas da época, apoiadas por filósofos e principalmente por teólogos, acreditavam que tudo na natureza havia sido criado para servir aos seres humanos em algum propósito, se não prático, estético. Thomas, em uma das muitas frases resgatadas em suas pesquisas e utilizadas para ajudar a desvendar o enredo em questão, traz os ditos de um bispo, que no início do século XVII afirmou: “As criaturas não foram feitas para si mesmas, mas para o uso e o serviço do homem” (p. 23). A partir dessa perspectiva, não era considerado injusto e/ou cruel utilizar animais para o trabalho, alimentação e/ou qualquer outra finalidade. “Até mesmo quem desejava matar animais por simples prazer podia invocar, como observou Thomas Fuller em 1642, ‘o alvará dado ao homem para dominar as criaturas’” (p. 28). Os animais, até então, não eram criados por razões sentimentais. Como efeito, a civilização da humanidade estava frequentemente associada à dominação e a um certo distanciamento da natureza:

Pelo século XVI, tornara-se hábito os ingleses vangloriarem-se de que mantinham a criação doméstica à distância; menosprezavam os irlandeses, galeses e escoceses porque muitos destes comiam e dormiam sob o mesmo teto que o gado, ‘de forma animalesca e rude no tocante à civilidade’, conforme afirmou um contemporâneo (THOMAS, 2010, p. 132).

De acordo com Carvalho (2002), durante esse período em questão, a civilidade estava associada a um modelo urbano e cultural. Nesse contexto, a natureza era vista como polo oposto, antagônica à etiqueta e por isso, vista de forma pejorativa, relacionando esta ao selvagem, à barbárie, aos instintos frente à razão, e sendo assim, à ignorância. “As pessoas criadas na cidade eram consideradas mais educadas que aquelas que viviam nos campos. A natureza, tida então como o Outro da civilização, representava uma ameaça à ordem nascente” (p. 41).

Entretanto, alguns animais continuaram vivendo próximos aos humanos. Thomas (2010) relata que o primeiro deles foi o cavalo. Utilizados para o trabalho, muitos eram “literalmente cavalgados até a morte” (p. 140). Enquanto contribuíssem nos afazeres de seus donos, esses animais eram bastante valorizados, até mesmo com certo apreço. Contudo, a situação não era a mesma quando este já não conseguisse desempenhar eficientemente as atividades a ele destinadas:

Quando gastos, eles eram rapidamente esquecidos. De um cavalo que não mais servia para o trabalho, anotava um pregador, ‘todo o homem dirá: melhor golpeá-lo na cabeça que mantê-lo (...). Sua pele, embora sem grande valor, vale mais que o animal que ela contém’ (p. 141).

No final do século XVI, início do XVII, os manuais de equitação recomendavam, por vezes, técnicas um tanto agressivas – “incluindo marcá-los com ferros quentes na anca, pôr palha ardente em torno das orelhas e um porco-espinho ou ‘um gato malicioso’ sob a cauda” (p. 142) – para lidar com montarias que hesitavam em obedecer. Contudo, por volta do século XVIII, esses mesmos manuais estimulavam outro tipo de tratamento, incitando até mesmo um vínculo de amizade e estima entre cavalo e cavaleiro.

Thomas (2010) ainda traz o exemplo do falcão como um animal distinto, dotado de habilidades e digno de ser considerado como um companheiro aos seres humanos, mas afirma que “o cão era o preferido de todos os animais” (p. 143), desempenhando diversas funções práticas e, não raro, possuindo uma relação estreita com seus donos. “[Os cães] Puxavam carroças, trenós e mesmo arados. Eram indispensáveis a pastores, tropeiros, agricultores e açougueiros. Nas grandes mansões serviam de vigias. Alguns deles eram até usados para seguir o rastro de criminosos” (p. 144). Contudo, assim que deixassem de ter utilidade, esses cães trabalhadores acabavam tendo um destino final não muito diferente dos cavalos. Não eram esses cães trabalhadores que eram considerados como merecedores de afeto, mas sim os desnecessários, ou seja, cãesinhos de estimação, que passaram a ter o apreço de seus donos, comportamento adotado inicialmente pela aristocracia. O hábito de se ter cães como animal doméstico tornou-se tão comum entre todas as classes sociais que o número excessivo destes animais na Inglaterra do início do século XVI chegou a ser alvo de reclamações, causando diversos problemas sanitários e tendo, por vezes, sua população dizimada em tempos de peste – claro que com muita resistência dos seus donos.

Essa estima não se limitou apenas aos cães: animais como gatos, tartarugas, coelhos, macacos, lontras, esquilos, entre outros, passaram cada vez mais a ser presença usual em

alguns dos lares das populações urbanas, contexto esse em que menores as chances de que esses animais pudessem ser úteis, atendendo a alguma necessidade, e em que cada vez mais as pessoas tinham a capacidade de sustentar criaturas sem valor produtivo. Em resposta a essa propagação dos animais de estimação, a lei foi se modificando para considerar como propriedade não só o animal que desenvolvia alguma atividade produtiva e/ou servia de alimento, mas também esses outros que se tornavam objeto de satisfação pessoal.

Paralelamente a essa mudança de atitude frente a esses seres vivos em questão, cabe ressaltar as transformações sofridas pelo modo de vida das pessoas que habitavam e trabalhavam nos centros urbanos e que possivelmente contribuíram na propagação do hábito de se possuir um animal de estimação:

[...] as condições de vida no ambiente fabril e nas cidades tornavam-se insuportáveis. A deterioração do ambiente urbano era, em muitos casos, ainda pior que nos dias de hoje. A intensa migração campo-cidade, impulsionada pela expropriação camponesa e pelos processos de acumulação primitiva, acelerava o desordenado crescimento das cidades industriais. O resultado era uma alta concentração populacional, constituída principalmente de trabalhadores pobres, expostos a um ambiente insalubre de trabalho e moradia (CARVALHO, 2002, p. 44).

Nesse contexto de violência social, segundo Thomas (2010), os animais de estimação proporcionavam “companhia aos solitários, alívio aos fatigados e compensação aos que não tinham filhos” (p. 168). À medida que a urbanização cresceu ao longo dos anos, o interesse por essas criaturas também aumentou. De acordo com o autor, isso “[...] reflete a tendência dos homens e mulheres contemporâneos a se refugiar em família para maior satisfação emocional” (p. 169). Hoje, a criação desses animais, pelo menos na Europa ocidental, alcança escala sem precedentes na história humana.

### 3.1. Os animais de estimação atualmente

Como previamente explicitado, os animais já fazem parte da sociedade ocidental há mais de séculos, sendo eles de criação ou desempenhando algum tipo de serviço. A relação destes com os seres humanos, outrora considerada quase que exclusivamente utilitarista e antropocêntrica, vem tomando novas formas. Atualmente, ter um animal de estimação é – segundo Pessanha (2011) em seu estudo sobre antropomorfização<sup>6</sup> animal e consumo – hábito comum entre as populações urbanas. Para ela, os motivos que levam alguém a adquirir um

---

<sup>6</sup> De acordo com Serpell (2003, p. 83-84), o “antropomorfismo é definido como uma atribuição de estados mentais humanos (pensamentos, sentimentos, motivações e crenças) a animais não humanos”.

animal de estimação são para “fazer companhia, trazer estima, *status* ou admiração ao seu proprietário” (p. 2).

Thomas (2010) cita três traços particulares como sendo os que distinguem o animal de estimação dos demais animais: permissão para entrar em casa, nome individual e o fato de jamais servir de alimento. Esta última característica, segundo o autor não ocorre devido ao paladar, mas sim pela a estreita relação desses animais com a sociedade humana.

Atualmente, muitas pessoas se referem aos seus animais de estimação como se estivessem falando de seus familiares. Aparentemente, segundo as observações de Pessanha (2011), não se trata apenas de uma forma de discurso sobre analogias: “Percebi que animais eram frequentemente tratados com afeto próprio àquele destinado aos membros da família na vida privada e no cotidiano informal do lazer” (p. 2), “[...] chegando, em alguns casos, a serem tratados como ‘filhos’” (p. 5). Pensando dessa maneira, é comum encontrar pessoas ao redor do mundo que alimentam seus animais com comidas humanas, dão a eles nomes humanos, celebram seus aniversários, lamentam quando eles morrem e até mesmo enterrem seus animais de estimação em cemitérios de *pets* em uma cerimônia muito similar às realizadas pela cultura de seus donos (SERPELL, 1996). Os *pets* por vezes podem ser percebidos pelos seus donos como verdadeiros membros de sua família: uma família interespecífica. As empresas que trabalham com produtos e/ou serviços voltados para os animais de estimação não só reconheceram essa oportunidade, como também fazem uso dessa identificação entre o humano e o animal como instrumento de *marketing*, buscando fortalecer ainda mais a percepção do animal como um ser que faz parte da família, ampliando assim o investimento destas para com os cuidados de seus *pets*:

Os marqueteiros têm um novo nome para a antiga tendência de se verem os animais como versões peludas de nós mesmos: ‘humanização’, uma tendência que está alimentando o crescimento explosivo da indústria e a emergência da moderna farmacologia de animais de estimação (VLAHOS, 2008, p. 452).

O resultado pode ser observado hoje por meio de um vasto repertório de ofertas que buscam, por vezes, mais atender ao desejo dos consumidores por necessidades atribuídas aos animais do que suprir, de fato, algo que seja indispensável ou até mesmo proporcionar alguma melhoria nas condições de vida do *pet*, como:

[...] casinha de cão em formato de castelo, festas de aniversário para animais de estimação, brinquedos parodiados ou a utilização daqueles projetos de *design* inicialmente criados para embalar produtos para crianças, entre outros. Na área de embelezamento animal se encontram serviços de tosa artística. Produtos e adornos



incluem perfume, tonalizante de pêlos, cosméticos especializados, sapatos, roupas, chapéus, laços, gravatas e afins, fantasias, óculos, jóias e bijuterias, capa para chuva, unhas postiças, entre outros. [...] Várias empresas oferecem serviços especializados que buscam explorar a beleza do animal de estimação, entre eles a utilização da ‘escova de chocolate’, ‘cauterização’, ‘chapinha’, entre outros (PESSANHA, 2011, p. 13).

Em uma sociedade voltada para o consumo, em que ato de comprar algo para alguém pode ser considerado como uma demonstração de afeto (MILLER, 2002), e em que a quantidade de recursos despendida em um presente pode ser considerada, em muitos dos casos, diretamente proporcional ao apreço que se tem por quem irá receber esse regalo, Nast (2006a; 2006b) argumenta que o grau de investimento das pessoas em seus animais de estimação na sociedade pós-industrial – tanto financeiro como emocional e cultural – pode ser considerado como uma espécie de parâmetro a fim de ter uma estimativa da relação afetiva entre os seres humanos e seus animais de estimação. De acordo com Euromonitor International (EUROMONITOR, 2011, tradução nossa)<sup>7</sup>, a América Latina, liderada pelo Brasil, tem tido um ótimo desempenho nos últimos anos no mercado de produtos voltados aos *pets*:

Durante o período de 2005-2010 (o período analisado), o valor das vendas de produtos de *pet food* e *pet care* aumentaram de US\$ 4,8 bilhões para US\$ 8,3 bilhões de acordo com os dados do Euromonitor International. Isso representa uma taxa de crescimento anual de 11,9%. Como resultado, a proporção de vendas de *pet care*, levando em conta o mercado latino americano, subiu de 7,6% em 2005 para 10,2% em 2010. Brasil é de longe o maior mercado da região, com as vendas de *pet care* nos valores de US\$ 5,2 bilhões em 2010, seguido pelo México (US\$ 1 bilhão) e Argentina (US\$ 645 milhões).

Fazendo-se cada vez mais presentes em nosso dia a dia, cresce o interesse em compreender as nossas interações para com os demais seres vivos. O campo da antropozologia<sup>8</sup>, por exemplo, perpassa diversas outras linhas de pesquisa e busca estudar essas muitas possibilidades de relações entre humanos e animais, incluindo o uso terapêutico destes, a importância dos *pets* na formação do sistema imune das crianças e, na saúde física e mental de seus donos, a crueldade para com animais, zoonoses, além de muitos outros trabalhos. A íntima relação dos seres humanos com seus animais de estimação, porém, parece

<sup>7</sup> Tradução do seguinte trecho: “Over 2005-2010 (the review period), value sales of pet food and pet care products rose from US\$4.8 billion to US\$8.3 billion, according to Euromonitor International data. This represents a compound annual growth rate (CAGR) of 11.9%. As a result, the proportion of global pet care sales accounted for by the Latin American market rose from 7.6% in 2005 to 10.2% in 2010. Brazil is by far the largest market in the region, with pet care value sales of US\$5.2 billion in 2010, followed by Mexico (US\$1 billion) and Argentina (US\$645 million)”.

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://www.anthrozoology.org/>>. Acesso em: 16 de jan. de 2012.

não se desdobrar da mesma forma para com os demais seres vivos, ou talvez aconteça em um ritmo e/ou grau diferente. O fato é que a relação com os animais de estimação abrange apenas uma pequena parcela dos animais existentes e das interações que possuímos com esses seres. Uma atitude que poderia ser considerada como uma barbárie contra, por exemplo, um cão ou um gato, pode não ter o mesmo efeito se for realizada com um animal diferente. Em contrapartida à antropomorfização de algumas criaturas, trago, a seguir, um exercício etnográfico abordando outro tipo de interação entre seres humanos e animais.

### 3.2. Além dos *pets*: outro tipo de relação com animais em uma plataforma de pesca

Com o intuito de incluir outro tipo de interação entre seres humanos e animais diferente da que ocorre com os *pets*, foi incluído um exercício etnográfico em uma plataforma de pesca do litoral gaúcho. Gostaria de esclarecer este não tem por intenção julgar a prática da pesca. Vale salientar que as relações possíveis entre humanos e animais em nossa sociedade não se limitam aos animais de estimação, e o mesmo exercício que foi feito na plataforma poderia, eventualmente, ter sido realizado em uma fazenda, um abatedouro, um laboratório etc.

Esse relato surgiu a partir de com um passeio no final de outubro de 2011. Havia sido informado de que o Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos (CECLIMAR) – órgão auxiliar do Instituto de Biociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), localizado em Imbé – RS – estava realizando uma exposição de algumas peças do museu na plataforma de pesca de Cidreira – RS. De fato estava, mas infelizmente vi apenas a exposição sendo carregada em várias caixas e levada para um caminhão, onde seria transportada para outro local. Resolvi então aproveitar a ida para, despretensiosamente, passear por lá. Nunca tive muito interesse pela pescaria, entretanto conheço relativamente bem a atividade: a família é repleta de pescadores. Já estive dezenas de vezes neste mesmo local, mas havia tempos que não ia lá. Meu recém formado olhar de antropólogo, criado a partir de leituras e discussões realizadas durante o mestrado em Educação, na linha de Teorias e Estudos Culturais em Educação na PUCRS, influenciado pelos conhecimentos que adquiri ao longo de minha graduação em biologia, fizeram-me perceber coisas de uma forma que outrora nunca haviam me chamado a atenção. Na produção deste exercício etnográfico pude contar também o auxílio de um informante, pescador e freqüentador do local há aproximadamente 20 anos.

### 3.2.1. A plataforma

Com aproximadamente meio quilômetro de extensão, ela avança em direção ao mar e ao final se bifurca, dando maior espaço para pesca em sua parte mais extrema e caracterizando a sua forma de “T”. A plataforma foi idealizada em 1981, e no final do ano seguinte seu projeto foi concluído. Em 1983, já era possível a prática da pesca no local, porém ela atingiu sua extensão atual apenas no início dos anos 1990 (PLATAFORMA DE CIDREIRA, 2011). Desde então, novas construções e adaptações foram feitas ao longo dos anos. Carros usam parte da beira da praia próxima à plataforma como se fosse um estacionamento. Rampas de ambos os lados dão acesso a ela. A primeira construção em cima dessa estrutura abriga uma recepção, uma lancheria – que também vende alguns materiais de pesca –, churrasqueiras, banheiros – masculino e feminino – e um espaço repleto de mesas possivelmente utilizadas por quem frequenta o bar, participa de alguma refeição e/ou comemoração ou qualquer outra atividade que possa ser organizada ali, como a exposição do museu do CECLIMAR que estava naquele momento sendo levada embora. Quadros com informações e fotos de diversas espécies de peixes decoram o local, bem como cabeças e arcadas dentárias de grandes exemplares desses animais que foram conservadas e expostas em uma das paredes.

Saindo dessa estrutura, que termina ainda no início da plataforma, segui caminhando pela beirada, observando, além dos pescadores, o mar, as pessoas surfando na água e os aerogeradores – enormes cata-ventos recentemente construídos no Jardim do Éden - RS, município vizinho, para transformar a força dos ventos em energia elétrica – que podem ser avistados ao longe no horizonte. Para jogar a linha na água, chumbada e anzóis são arremessados em um movimento que pode ser perigoso para quem esteja atrás do pescador. Sendo assim, estes, antes do arremesso, observam atentos para todos os lados, cuidando as pessoas que passam e estão por ali. A mesma precaução é adotada também por quem está transitando no local. De acordo com o informante, acidentes em razão dessa manobra de arremesso, mas são bem raros. Caminhando perto da beirada, cuidando para não atrapalhar os pescadores, fui surpreendido por um movimento repentino ao meu lado. Era um bagre, camuflado para quem olha de forma desatenta para suas cores em branco e prata na altura do muro cinza da plataforma. Içado pelo caniço a partir de um anzol fígado em sua boca, o peixe recém tirado da água ainda se debatia. Olhando ao redor, não consegui identificar quem seria o dono daquela vara de pescar. Pessoas caminhavam, cuidavam de seus materiais de pesca, conversavam, comiam, bebiam, vigiavam seus caniços para ver se não davam uma

“batida”, como é chamada a curvatura típica que esse instrumento faz quando um peixe morde a isca e tenta levá-la embora. E o peixe seguia ali pendurado. Poucos minutos antes de fazer essa visita, estava lendo sobre a antropomorfização dos animais de estimação e ali se apresentava uma cena em que o comportamento para com os outros seres vivos se mostrava bastante diferente. Esse foi o momento em que parei para repensar o que acontece nesse local.

A segunda construção existente em cima da plataforma é um lugar coberto, com churrasqueiras e banheiros. Passando por ela existe um segundo bar. Mais adiante, quase no final da estrutura, um lava-peixes, local com algumas pias disponíveis para as pessoas limparem o que foi pescado. Poucos metros adiante a plataforma chega ao seu limite e se bifurca. No meio dessa bifurcação existe ainda um quiosque envidraçado, construído há aproximadamente 10 anos, para proteger quem quer que ali esteja de possíveis intempéries ou até mesmo servir de abrigo para quem pretende dormir por lá. O vento nordeste – também conhecido como nordestão – típico do litoral gaúcho, bem como a chuva e o frio, costumam a ser ainda mais severos lá de cima. As paredes transparentes possibilitam que as pessoas cuidem de seus caniços do lado de dentro. Essa parte da plataforma costuma a ser a mais movimentada. Dezenas de caniços se encontram posicionados na vertical, um ao lado do outro, colocados dentro de canos inseridos nos muros de concreto presentes em toda a estrutura, que possuem essa função adicional além de proporcionar segurança. Cadeiras de praia, baldes e caixas de pesca completam o equipamento típico do pescador. O clima no momento em que estive ali era tranquilo, como o de pessoas realizando uma atividade de lazer: a maioria olhando com certa frequência para seus caniços, enquanto comiam, bebiam, cuidavam de seus materiais e/ou conversavam com os demais presentes. Um deles, em um dos lados do “T”, suspende plataforma acima mais um peixe da água, medindo por volta de 20 a 30 centímetros. Aproximo-me, enquanto o homem o retira do anzol. Após desvencilhar o animal, o homem o carrega até seu balde improvisado, outrora um recipiente de tinta. Ele retira para o lado a sacola plástica onde leva suas iscas e o solta ali, com outros seis ou sete, do lado de uma garrafa plástica de 600 mililitros de água. O ronronar típico facilita a classificação: uma corvina. Ela se debate entre a garrafa, a sacola e os outros peixes, metade dos quais ainda parece respirar. Uma corvina adulta pode atingir aproximadamente 60-70 centímetros e chegar aos 4-5 quilos. Aquele exemplar não chega nem perto de 1 quilo, talvez não tenha nem 500 gramas: trata-se de um exemplar de proporções muito menores do que a espécie pode atingir, e mesmo assim foi para o balde. Eles lutam, em vão, para respirar. Olho para o pescador: preparando o anzol para um novo arremesso. Ele sabe que o peixe não consegue respirar fora da água e que irá morrer ali em alguns minutos, mas provavelmente

desconhece, de forma mais profunda, como esse processo acontece. Mas eu sabia. Minha intenção em descrever o que acontece com um peixe fora d'água não é ser tendencioso, mas sim relatar o que pode ser percebido por um biólogo realizando tal exercício etnográfico. O peixe respira através das brânquias, órgãos bastante eficientes em realizar as trocas gasosas. Com o animal submerso, funciona basicamente assim: a água entra pela boca, passa pelas brânquias e em seguida sai pelos opérculos, aberturas que esses animais possuem nas laterais do corpo, logo após sua “cabeça”. As brânquias são, no entanto, órgãos bastante viscosos, e precisam estar permanentemente umedecidos. Fora da água, elas vão secando aos poucos, fazendo com que suas paredes se grudem umas nas outras, diminuindo lentamente a capacidade de respiração do peixe. Por essa razão, os peixes morrem lentamente fora da água, ao contrário de nós, seres humanos, que suportamos apenas poucos minutos embaixo d'água. Olho para esse filhote de corvina, tentando respirar ali dentro do balde, embaixo da garrafa plástica e parcialmente coberto pela sacola de mesmo material, junto com os outros peixes. O pescador já finalizou o seu arremesso e caminha em direção a um grupo de homens de meia idade que conversam ali perto. De acordo com o informante, a captura de exemplares de proporções demasiadamente menores do que a espécie pode atingir em seu estágio de vida adulta é um assunto bastante discutido na plataforma, e que gera polêmica. Segundo ele, o ato de devolver os filhotes para o mar é praticado por uma minoria, e mais comumente realizado por pessoas que frequentam o local há mais tempo. Muitos pescadores vão com a intenção de pescar peixes grandes, levando caniços mais resistentes equipados com anzóis maiores, linhas espessas e iscas diferenciadas. Algumas dessas pessoas se mostram inconformadas quando anseiam fisgar um determinado tipo de peixe enquanto os pescadores ao redor ficam capturando filhotes da espécie desejada.

Do outro lado do “T” – parece até história de pescador –, outro homem puxa sua linha de volta, que possui cinco anzóis pequenos. Desses cinco, quatro voltaram da água com peixes, todos com um pouco mais de 20 centímetros. Ele vira em direção ao quiosque, ergue a linha e grita: “Olha só!”. “Tu pescou uma fila”, responde o outro. Ele dá uma risada e se volta para a linha para desvencilhar os peixes dos anzóis. Tira o primeiro, vira-se e arremessa o animal uns 3 metros adiante, do lado do seu balde. O peixe se choca contra o chão de cimento e brita e rola para baixo do carrinho de feira onde o pescador carrega seus materiais. O processo é repetido por mais três vezes. O pescador prepara novas iscas para repor a linha n'água. Outro homem se aproxima dos peixes, abre uma caixa de pesca e fica procurando por algo. Na hora não reparei na espécie, mas lembro de ter escutado novamente um ronronar vindo, provavelmente, de um deles.

Saindo dali, avisto um grupo de mulheres sentadas em cadeiras de praia embaixo do quiosque, lado oposto ao vento. Conversavam pouco, aparentemente não muito animadas. Não pareciam cuidar de caniços, mas havia algumas caixas de pesca em frente a elas, junto com dezenas de camarões e um bagre no chão. Perto delas, alguns homens falavam alto, com cervejas ao redor e um instrumento de percussão em posse de um deles. Já caminhando de volta à praia, passo novamente pelo local utilizado para limpar os peixes e observo uma mulher realizando tal tarefa. Ela logo me percebe ali olhando, mas volta para sua atividade. Primeiro ela aperta a barriga do peixe, com o intuito de fazê-lo evacuar o que tem em seus intestinos. Inicia com um corte na parte ventral do peixe, que vai quase da cauda até os opérculos, retirando todas as nadadeiras que o animal possui no local, repetindo o processo no dorso e nas laterais. Depois corta a cabeça, inserindo a faca pelos opérculos. Então, ela perfura o ventre para remover as vísceras e, em seguida, faz um pequeno corte na pele perto dos opérculos, pressiona essa pele do peixe contra a lateral da faca e seu dedo e arranca todo o tecido mais externo do animal, uma lateral depois a outra, e depois coloca o peixe no balde. Repete o processo mais duas vezes. Ela é ágil, não leva meio minuto para fazer tudo isso. Como quem lesse meus pensamentos, ela se vira e fala: “Até que vai rápido, né?!”. Aceno que sim com a cabeça e logo me afasto. Alguns escamam o peixe, passando a faca no sentido cauda-cabeça, fazendo as escamas se desprenderem da pele, saltando por todos os lados. Outros cortam também a cauda.

Continuo meu caminho em direção à saída. Na medida em que vou me aproximando da beira da praia, o número de pessoas ao redor vai diminuindo: segundo o informante, as pessoas costumam utilizar com maior frequência a extremidade da plataforma oposta à praia, principalmente o “T”. Já são em torno de 17 horas pela portaria. Alguns pescadores estão recém chegando com seus carrinhos de feira, carregando seus caniços, caixas de pesca e baldes.

A pescaria é considerada, pela grande maioria dos usuários da plataforma, como uma atividade de lazer. Alguns até aproveitam o resultado da pescaria para ganhar dinheiro vendendo o próprio peixe ou comercializando alimentos feitos a partir deles, mas em geral isso não costuma ser o que sustenta essas pessoas. Manusear peixes e iscas é uma atividade que pode facilmente sujar as roupas que se está usando; portanto, os pescadores costumam vestir o que têm de mais simples, velho e/ou puído no guarda-roupa. Apesar de ser possível encontrar ali homens e mulheres de todas as idades, a maioria dos frequentadores são homens de meia idade.

### 3.2.2. *Pessoas e peixes*

Alguns comportamentos que foram observados durante a visita não devem ser generalizados como sendo um modo típico de agir de todos os pescadores dessa plataforma; pelo contrário. O informante relata que cada um tem as suas próprias intenções fazendo uma analogia com outra atividade de lazer:

[...] sabe quando tu vai jogar futebol? Tem gente que vai pra correr um pouco, chutar a bola e se divertir, enquanto outros já chegam encarando os adversários, dando pontapé e arrumando confusão. Na plataforma é a mesma coisa. Tem gente que vai lá tentar pescar algo, se divertir e descansar um pouco, enquanto outros vão fazer farra, beber e até mesmo se incomodar com os outros.

Não raro, pessoas vão para a plataforma sem sequer levar um caniço. Sobre o fato de alguns pescadores capturarem exemplares demasiadamente pequenos, o informante argumenta que as razões podem ser diversas. Há quem realmente não se importe pela possibilidade de estar capturando um filhote, enquanto outros, quando passam muito tempo tentando peixes maiores e não conseguem, começam a pescar esses menores para não voltar para casa – como é dito popularmente – “de mãos vazias”. Segundo o informante, existem pescadores que gostam da prática da pesca, independente do resultado. Já outros se mostram bastante descontentes quando saem da plataforma sem pescar alguma coisa. Para ele, a reação dessas pessoas seria similar, mas não exatamente a mesma, do que praticar um esporte e perder.

Esse relato foi feito não para ser uma etnografia, mas sim um exercício em se utilizar um olhar antropológico, mesmo olhar a ser utilizado na análise dos zoológicos. Hélio Silva (2009) sintetiza em olhar, ver e escrever como sendo as atividades básicas do etnógrafo para que sejam desempenhadas “sua circulação no campo, sua observação do campo e sua versão do que aconteceu ali e seus significados” (p. 185). Uma imersão mais profunda no campo provavelmente possibilitaria uma melhor compreensão dos significados do que foi observado, mas a intenção deste exercício não é fazer qualquer tipo de julgamento contra a prática da pescaria, tampouco a favor dela, mas abordar uma possível existência de um especismo, que Singer (2002, p. 52) defende como sendo “[...] um preconceito ou atitude parcial em favor dos interesses de membros de nossa própria espécie e contra os interesses dos membros de outras espécies”. Nesse caso, não estou me referindo a uma conotação antropocêntrica, como sugere Singer, mas sim a um especismo em que determinadas espécies de animais possuem diferentes hierarquias frente às outras, havendo assim uma heterogeneidade no julgamento

feito pelos seres humanos sobre práticas e ações realizadas em relação a dois seres distintos. Trata-se de discutir, como argumenta Dal-Farra (2007), as contradições no comportamento entre humanos e animais em nossa sociedade. “Esquartejamos animais para comer, afagamos nossos cães e gatos, exterminamos pragas urbanas e nos sensibilizamos com o encalhe de uma baleia no Ártico”. O intuito aqui é fornecer um contraponto à ideia de que as pessoas estimam e se sensibilizam por todos os seres vivos de forma equivalente. No próximo tópico, pretendo abordar como grupos distintos de nossa sociedade lutam pela defesa dos direitos dos animais e se posicionam frente às diferentes interações possíveis entre animais humanos e não-humanos.

### 3.3. Movimentos em defesa dos direitos dos animais

Existem diversas entidades que lutam para assegurar a garantia de direitos e/ou necessidades dos seres vivos e principalmente dos animais em nossa sociedade. O interesse e a sensibilização das pessoas pelo tema cresce a cada dia, multiplica-se por redes sociais e, pela primeira vez no Brasil e na América do Sul, ganha até caráter jurídico, como no caso da Secretaria Especial dos Direitos dos Animais (SEDA), de Porto Alegre. Criada no ano de 2011, a secretaria tem como objetivo “executar políticas públicas destinadas à saúde, proteção, defesa e bem-estar animal em Porto Alegre” (PMPA, 2011). Há, atualmente, mais de uma forma de se pensar e atuar em prol dos seres não humanos. Apesar de todas essas possibilidades buscarem o “bem” para os animais e/ou o meio ambiente, nem sempre agem ou concordam umas com as outras. Com o intuito de melhor entender como agentes de nossa sociedade lutam em favor dos animais, serão apresentados aqui os principais aspectos de três diferentes pensamentos que influenciam esses grupos.

A perspectiva do bem-estar animal encontra-se enraizada na doutrina utilitarista de Jeremy Bentham, adotada pelo filósofo contemporâneo Peter Singer e, a partir disso, adquirindo maior visibilidade. Como já abordado anteriormente, Singer defende que a capacidade de sentir dor ou prazer é um interesse inerente aos animais e deve ser respeitado. Entretanto, somente os animais que possam ser considerados como pessoas, ou seja, seres que possuem “consciência de si, autocontrole, senso de futuro e passado, capacidade de relacionar-se com os outros, preocupação com os outros, comunicação e curiosidade” (SINGER, 1998, p. 96) – o que para ele não necessariamente inclui todos os *Homo sapiens* e tampouco exclui os membros de outras espécies – são capazes de planejar o futuro, sendo



estes, então, os seres que anseiam por continuar a viver e devem ter esse direito respeitado (SINGER, 1998; 2002; SANDERS; FEIJÓ, 2010; FEIJÓ, 2011).

Essa linha de pensamento não é contra o uso de animais; entretanto, visa coibir a crueldade desnecessária para com esses seres vivos. É vista como moderada em suas determinações, geralmente não apoiando mudanças de comportamentos consideradas demasiadamente radicais (GREY, 2010).

Diferentemente de um pensamento fundamentado no bem-estar animal, o ambientalismo coloca a espécie frente ao indivíduo. Defende a utilização sustentável dos recursos naturais de forma que a existência da espécie humana não comprometa o futuro, tanto dos próprios seres humanos quanto das outras espécies:

O ambientalismo considera que um aspecto chave da ética ambiental é evitar que a extinção das espécies de outros seres vivos seja porque elas são obras divinas, porque a extinção é uma perda irreversível, porque todas as espécies têm um papel a desempenhar na trama da vida sobre a Terra ou, simplesmente, porque muitos acreditam que a espécie humana não tem o direito de exterminar outras espécies (DOUROJEANNI, 2007).

O ambientalismo não se opõe, por exemplo, à caça, uma vez que, na maioria dos casos, não é a caça a causadora da extinção de uma espécie, mas sim atividades antrópicas que comprometem o *habitat* desses animais, como a agricultura e a pecuária. Tampouco se opõe necessariamente à agricultura e a pecuária, contanto que estas respeitem regras que evitem a extinção de espécies. Esse movimento, entretanto, segundo Dourojeanni (2007), não implica necessariamente a crueldade com animal, resgatando a prática do bem-estar como forma de lidar com esses seres vivos: “É obrigação legal em todos os países do mundo dar aos animais que servirão de alimento um trato o menos cruel possível, inclusive uma morte indolor”. Pelo contrário: uma pessoa pode ser ambientalista, vegetariana e ter uma relação estreita de proteção e afeto para com os animais. A diferença é que, por vezes, a preocupação excessiva com um indivíduo pode comprometer a existência de muitos outros. Trata-se de uma perspectiva que prioriza qualidade de vida e a conservação de recursos naturais do planeta em razão das necessidades de um indivíduo, o que não significa ser cruel ou abandonar este indivíduo.

O terceiro e último movimento em defesa dos direitos dos animais escolhido para ser abordado aqui é o abolicionismo, que não luta necessariamente por um abate mais humanizado, pela autenticação de direitos que protejam os animais de estimação ou domésticos de atos de crueldade ou por melhores condições de vida de animais em cativeiro.

Diferentemente das duas linhas de pensamento anteriores, o abolicionismo é sem dúvida a corrente mais radical, e critica qualquer tipo de uso – ou até mesmo interação – entre seres humanos e animais (GREY, 2010). Sendo assim, é indispensável para um abolicionista ser adepto do veganismo, modo de vida que busca evitar a exploração de animais. Um vegano não somente deixa de consumir carne ou alimentos de origem animal, deixa de utilizar vestuários, medicamentos, vacinas, produtos de limpeza, e quaisquer produtos que sejam testados ou oriundos de animais. É comum também que essas pessoas se mostrem contrárias a atividades de entretenimento como circos, zoológicos, rodeios, touradas etc., além de não serem praticantes de caça, pesca ou qualquer outro esporte que envolva animais não humanos (GUIAVEGANO, 2011; VEGANSOCIETY, 2011).

De certa forma, a linha de pensamento abolicionista se assemelha ao bem-estarismo, no sentido de que ambas têm como foco o indivíduo. Entretanto, os abolicionistas são contra a doutrina utilitarista presente nessa perspectiva. Um problema comumente enfrentado por muitas cidades, os animais de rua – não somente a existência como também o excesso deles –, pode se constituir em um bom exemplo para ajudar a elucidar as principais diferenças entre esses grupos. Enquanto os bem-estarmistas geralmente culpariam os donos pelo abandono de animais de estimação, considerando isso como um ato de maldade, insensibilidade ou falta de consideração, os abolicionistas culpariam a fetichização do animal como uma posse, algo a ser comprado e, sendo assim, algo que pode ser descartado (SORDI, 2011).

Existem também alguns pontos de divergência entre ambientalistas e abolicionistas, principalmente do que diz respeito às suas prioridades:

[...] enquanto o ambientalismo prezaria por entidades abstratas e totalizantes como ‘meio’, ‘ecossistema’, ‘espécie’, o abolicionismo estaria centrado sobre o indivíduo animal e seu sofrimento: da mesma forma que consideramos ilegítimo sacrificar humanos por conta da explosão demográfica, deveríamos considerar o mesmo em relação aos animais, na medida em que eles também sofrem e são seres sencientes (SORDI, 2011, p. 11).

Frequentemente os abolicionistas fazem analogias entre as práticas realizadas com animais o equivalente em um contexto humano, utilizando a expressão “comer cadáveres” para o consumo de carne e o “holocausto” para as práticas de confinamento e abate de animais. Para animais cativos, utilizam o termo “escravos”, argumentando que estão sendo privados de sua liberdade, e assim eles passam a existir em função do outro “[...] como uma coisa existe em função de um sujeito” (SORDI, 2011, p. 19).

Além de fomentar discussões sobre como devemos lidar com os demais seres vivos, incluindo seus direitos e nossos deveres para com eles, o crescente interesse, e até mesmo atração, de parte das populações urbanas pelos animais e pelo meio ambiente tem como uma das consequências o aumento na procura por espaços que proporcionam a interação com elementos da natureza, como parques e zoológicos, estes últimos objetos de estudo do presente trabalho.

#### 4. JARDINS ZOOOLÓGICOS

Antes de aprofundarmos o estudo a respeito dos zoológicos, cabe, aqui, fazer uma breve apresentação sobre eles. “Considera-se jardim zoológico qualquer coleção de animais silvestres mantidos vivos em cativeiro ou em semi-liberdade e expostos à visitação pública” (BRASIL, 1983). Espalhado pelo mundo todo, esse hábito de colecionar animais não vem de hoje. Durante séculos – supostamente a partir da Antiguidade – essa prática fez parte do contexto de diversas civilizações. Esse hábito era visto, e ostentado, como sinal de bem-estar e poder, principalmente entre imperadores chineses, astecas, gregos, faraós egípcios e chefes de Estado, e utilizado como forma de entretenimento, diversão e estudos (GARCIA; MARADINO, 2008; MERGULHÃO, 1998).

A prática de colecionar animais perdurou através do tempo, mas foi somente a partir do século XVIII que começaram a surgir os primeiros zoológicos que permitiam a visitação do público. O primeiro foi o de Viena, inaugurado em 1752. Outro zoológico inaugurado ainda nesse século foi o de Paris, aberto em 1793, localizado dentro do *Jardin des Plantes*, jardim botânico da cidade (MERGULHÃO, 1998). Ambos existem e funcionam ainda hoje. No início os zoológicos tinham como foco atender exclusivamente as necessidades de seus visitantes, ou seja, o entretenimento:

As análises dos tipos de recintos construídos pelos primeiros zoológicos europeus e americanos demonstram que as principais preocupações dos projetistas estavam relacionadas com a praticidade do manejo, a facilidade da higienização e o bem-estar do visitante em observar sem restrições os animais. Daí os recintos em concreto e barras de ferro, dispostos muito proximamente ao público, sem quaisquer enriquecimentos ou preocupação com pontos de fuga e bem-estar animal (DIAS, 2003, p. 127).

Do século XVIII em diante, os zoológicos foram não só se multiplicando como também se transformando e adquirindo um novo status para além do entretenimento. O interesse científico nessas instituições cresceu, fazendo com que elas deixassem de ser vistas somente como locais de diversão, adquirindo também a caráter de pesquisa. Entretanto, foi somente a partir do século XX que o bem-estar animal passou a ser levado em consideração, respeitando-se, é claro, o aspecto econômico. No Brasil, o primeiro zoológico foi inaugurado por volta de 1882, com a criação de um anexo ao Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém do Pará (MARINO, 2008; SANDERS; CENTURIÃO; FEIJÓ, 2007).

A concepção de zoológico vem passando por transformações radicais nos últimos anos. Esses espaços já não são mais concebidos para serem meras vitrines de bichos, onde os

animais estão somente para satisfazer os colecionadores e o público. Aos zoológicos do século XX – principalmente a partir da segunda metade do século – foram delegadas funções a serem cumpridas, que, se resumidas e agrupadas, concentram-se basicamente em de quatro temáticas: educação ambiental, conservação, pesquisa e lazer (MERGULHÃO; VASAKI, 2002). Aparentemente esse ainda não é o modelo ideal para estas instituições.

Em abril de 2011 tive a oportunidade de participar do 35º Congresso da Sociedade de Zoológicos do Brasil – realizado em Gramado, Rio Grande do Sul – promovido pela Sociedade de Zoológicos e Aquários do Brasil (SZB). Essa organização não-governamental foi fundada no País, mais precisamente no Município de Sorocaba, Estado de São Paulo, em 1977, e tem por finalidades e objetivos, em suma, congregar zoológicos e interessados na preservação da fauna; trabalhar no desenvolvimento dos zoológicos do Brasil; auxiliar atividades e processos que promovam um melhor conhecimento da fauna, da preservação de espécies e de práticas educacionais vinculadas ao tema; promover conferências públicas e círculos de estudos sobre temas de interesse dos associados; e promover a educação ambiental, bem como a conservação *ex-situ* dos componentes de fauna (SZB, 2012). No evento em questão, compareceram palestrantes de todos os continentes, apresentando, entre outros assuntos, a situação atual dos zoológicos da região e as perspectivas para o futuro. Convergindo no que foi apresentado por eles, a tendência é que em virtude do crescimento dos centros urbanos – e por consequência, a diminuição do *habitat* de diversas espécies –, a importância dos zoológicos como agentes de conservação da fauna aumente, fazendo com que essas instituições aos poucos abandonem a perspectiva de parques para se tornarem centros de conservação, formando redes e trabalhando em conjunto.

#### 4.1. Proveniência dos espécimes em exposição nos zoológicos

A Lei nº 5.197, de 03 de janeiro de 1967 dispõe, em seu artigo primeiro, que os animais silvestres não são propriedades das instituições, mas sim do Estado:

Os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase do seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são propriedades do Estado, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha (BRASIL, 1967).

Para esclarecimento, são considerados como parte da fauna silvestre brasileira “todos aqueles animais pertencentes às espécies nativas, migratórias e quaisquer outras, aquáticas ou

terrestres, que tenham seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do Território Brasileiro ou águas jurisdicionais brasileiras” (BRASIL, 1998).

Sendo assim, quando os agentes – sejam eles do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) ou das Polícias Florestais – encontram animais sendo vendidos ilegalmente, estes são confiscados e encaminhados para um Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS). Esses centros podem ser gerenciados tanto pelo IBAMA como por outras instituições que trabalhem em parceria e sejam supervisionadas por esse órgão.

Os CETAS têm a finalidade receber, triar e tratar os animais silvestres resgatados ou apreendidos pelos órgãos fiscalizadores, assim como eventualmente, receber animais silvestres de particulares que os estavam mantendo em cativeiro domésticos de forma irregular como animais de estimação (BRASIL, 1967).

Os CETAS, então, registram os animais e, logo após, encaminham os exemplares para alguma instituição de vida selvagem, como criadouros, centros de pesquisa ou zoológicos. Sempre que possível, é realizada a soltura desses espécimes, buscando vincular essa ação a planos de manejo em andamento. Já animais ameaçados de extinção são tratados de maneira distinta, seguindo recomendações – diferenciadas para cada espécie – de comitês internacionais. Esses centros precisam ter, em seu plantel de funcionários, pelo menos um biólogo, um médico veterinário e tratadores (BRASIL, 1967).

Existem, então, diferentes formas de um zoológico adquirir um espécime; porém, a maioria delas não implica – de forma legal – a retirada desse exemplar diretamente da natureza. Uma das alternativas é receber o animal diretamente de um CETAS a partir das origens já citadas. Existe também a possibilidade de se realizarem trocas entre os zoológicos, atividade conhecida no meio pela palavra “permuta”, de significado semelhante. Nesse procedimento, o zoológico que tem interesse em algum exemplar acessa uma lista que contém os espécimes e as respectivas instituições onde estes se encontram. É realizado então um contato com a instituição em questão e, estando ambas as partes de acordo, o IBAMA é contatado para autorizar e regularizar as transferências. Como todos os animais silvestres pertencem ao Estado, esses acordos não envolvem dinheiro. Outra possibilidade é a realização de um empréstimo. Nesse caso, o animal continua vinculado à instituição de origem. O órgão que possui um animal em seu plantel na condição de empréstimo deve encaminhar periodicamente um relatório sobre as condições de saúde do espécime. Licenças para captura de animais silvestres somente serão concedidas pelo IBAMA se tiverem como finalidade “a

solução de problemas de consanguinidade” a integração em “programas oficiais de reprodução e preservação de espécies”; isso só pode acontecer após esse órgão conferir se esses animais não se encontram disponíveis em zoológicos, criadouros regulamentados ou demais instituições de vida selvagem nacionais e internacionais (BRASIL, 2002). Essas são, então, as opções a que um zoológico pode recorrer para adquirir um novo espécime da fauna nativa para seu plantel. Com espécies exóticas, entretanto, as coisas funcionam de forma um pouco diferente.

O tema da origem dos animais, e seu percurso até chegar a ser um espécime adquirido por um zoológico, não é apenas objeto de regulação do Estado e normatização jurídica, mas também um ponto sensível na imagem social dos zoológicos e para a construção de sua legitimidade e reputação junto às populações urbanas. Um caso recente de debate público em torno da morte e aquisição de novas girafas no Parque Zoológico da FZB/RS ilustra bem esta questão.

#### 4.2. O caso das girafas

O Parque Zoológico da FZB/RS já teve em exposição nove girafas, das quais sete nasceram no próprio parque. Em 2010, porém, o plantel contava apenas com duas remanescentes, Fifi e Doroteia. A primeira faleceu em julho, com 25 anos, idade acima da média para a espécie. No mês seguinte foi a vez de Doroteia, com 15 anos. O motivo apontado como causador da morte desta última foi a complicação de uma gripe, possivelmente agravada pela solidão causada pela ausência da companheira. O zoológico que, segundo a direção, já declarava o interesse na compra de três exemplares provenientes de um criatório da África, tratou de tentar agilizar o processo. Foi então que ativistas – com argumentos que, de acordo com o presente trabalho, se enquadrariam dentro de perspectivas bem-estaristas e abolicionistas – contrários a essa ação passaram a protestar contra essa aquisição, dando início a uma grande polêmica. Com o *slogan* de “Lugar de Animal é em seu *Habitat* Natural”, o que começou apenas como um protesto contra a aquisição da girafa acabou se ampliando para uma discussão sobre o papel do zoológico na sociedade, divulgado inclusive em alguns meios de comunicação. A intenção de trazer essa discussão ao presente trabalho não é a de ter os agentes de ambas as partes também como objetos de estudos, mas sim tentar complementar essa elucidação – unindo informações obtidas a partir de uma

reportagem<sup>9</sup>, de um debate<sup>10</sup> realizado a partir de entrevistas com especialistas e de conversas que tive com agentes do Parque Zoológico da FZB/RS – sobre como são feitas as aquisições dos animais pelos zoológicos, assim como a repercussão que essas ações vem tendo na sociedade.

Segundo os ativistas contrários à compra da girafa, os zoológicos são locais onde os animais permanecem em completo confinamento, perdendo assim o que pode ser considerado como personalidade de um animal selvagem, de vida livre. Para eles, a lógica utilizada pelos zoológicos de que essas instituições se constituem em bancos genéticos de diversas espécies não é convincente, pois os animais que são colocados em cativeiros, ou suas proles, não mais podem tornar a viver em seus *habitats*. A partir desses argumentos, o grupo defende que esse banco genético passa a não ter tanta utilidade. Para eles, os zoológicos só fariam sentido se fossem utilizados como abrigo e proteção para animais de risco ou transformados em hospitais para exemplares feridos, ameaçados, que foram vítimas de maus tratos ou oriundos do tráfico; e onde os animais ficassem ali provisoriamente, até que tivessem condições de ser devolvidos ao seu ambiente natural. O acesso a essas instituições seria feito somente por profissionais autorizados, não mais sendo utilizados como local de passeio e lazer. Uma opção para que as pessoas possam ainda ter algum contato com essas espécies seria pensarmos em zoológicos virtuais. Diversos filmes e documentários são produzidos atualmente, feitos não só por cinegrafistas como também por cientistas; esses vídeos apresentam as distintas etapas da vida desses animais, não só colocando-os em frente ao espectador, como também mostrando o comportamento das espécies em seus *habitats*.

Sobre as girafas, o zoológico defende-se esclarecendo que esses exemplares a serem adquiridos pelo zoológico, ao contrário do que muitos pensam, não seriam retirados da natureza, mas sim comprados de um criatório regulamentado na África; ou seja, seriam espécimes que já nasceram e vivem em cativeiro. A reportagem resgata que de acordo com a SZB, o Brasil é signatário de um acordo internacional que exige provas de que o animal a ser importado nasceu em cativeiro. Trata-se da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (CITES):

---

<sup>9</sup> RIBEIRO, Luciana. Polêmica trava compra de girafas em zoológicos gaúcho. *GI*. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/11/polemica-trava-compra-de-girafas-em-zoologico-gaucha.html>>. Acesso em: 04 de nov. de 2011.

<sup>10</sup> TERRA CIÊNCIA. Doutora: animais perdem a 'alma' nos zoos; biólogo discorda. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/11/polemica-trava-compra-de-girafas-em-zoologico-gaucha.html>>. Acesso em: 04 de Nov. de 2011.



A CITES regulamenta a exportação, importação e reexportação de animais e plantas, suas partes e derivados, através de um sistema de emissão de licenças e certificados que são expedidos quando se cumprem determinados requisitos. Um dos requisitos para expedição de licenças é se determinado tipo de comércio prejudicará ou não a sobrevivência da espécie (BRASIL, 1975).

Ao contrário do que argumentam os ativistas, foi utilizado o caso do mico-leão-dourado – espécie que teve sua população reduzida para menos de 600 indivíduos no País, mas, a partir de um trabalho desenvolvido para aproveitar animais nascidos em cativeiro, hoje a população de vida livre está quase atingindo níveis de estabilidade – para defender que os animais dos zoológicos são, sim, um banco genético em potencial para populações de vida livre. Além disso, nesses espaços são feitos inúmeros esforços para atender a todas as necessidades dos espécimes, desde atendimento de veterinários, biólogos e nutricionistas até adequações e enriquecimento dos recintos, com o intuito de tornar esse ambiente o menos estressante possível – ou talvez até confortável – para os animais que vivem ali.

O resultado dessa manifestação é que a compra das novas girafas está pendente por tempo indeterminado. De acordo com entrevistas realizadas durante o desenvolvimento do presente estudo, alguns profissionais do parque lamentam o fato de não poderem adquirir novas girafas, pois, além de serem animais pelos quais as pessoas geralmente demonstram bastante interesse, o recinto destinado a essa espécie é considerado como um dos melhores do zoológico em questão.

## **5. PARQUE ZOOLOGICO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RIO GRANDE DO SUL**

Inaugurado em 1962, o Parque Zoológico da FZB/RS é um zoológico público e possui atualmente um acervo contendo cerca de 150 espécies, das quais aproximadamente um terço são animais exóticos. É uma das unidades de conservação mais visitadas do Brasil, com um público anual estimado em 400 mil pessoas por ano. De uma área total de 780 hectares, 620 são destinados à Reserva Florestal Pe. Balduino Rambo; e os outros 160, de área disponível para visitação pública (FZB/RS, 2011); ou seja, trata-se, na verdade, de um zoológico dentro de um parque. Essa observação é feita a partir do fato de que é possível encontrar ali lancherias, churrasqueiras, restaurante, parque infantil, sanitários, estacionamentos e serviço de segurança. Segundo relatam alguns de seus funcionários, é comum pessoas visitarem o parque nos finais de semana e utilizarem as churrasqueiras, por exemplo, sem sequer visitarem um só recinto. Ele está localizado no Município de Sapucaia do Sul - RS, mais precisamente na Parada 41 da BR-116, a aproximados 25 quilômetros de Porto Alegre. Esse município era apenas um distrito de São Leopoldo até praticamente metade do século XX. Desde o século XVIII, quando a região recebeu seus primeiros habitantes, a principal atividade econômica era a pecuária. No início do século XX, muitas famílias mais abastadas construía suas casas de campo na região. Foi a partir de 1940, com a construção da BR-116, que a região entrou em sua era da industrialização, obtendo sua emancipação em 1961. Atualmente o Município tem em torno de 130 mil habitantes e aproximadamente 80% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Produtos (ICMS) arrecadado na cidade provém da indústria (SAPUCAIA, 2012). A rodovia mencionada anteriormente atravessa o País de norte a sul e, nesse ponto, também é importante via de ligação entre a capital gaúcha e alguns Municípios ao norte da Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, por exemplo, Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo e Novo Hamburgo. Visto a partir de uma das diversas ferramentas da Internet que disponibilizam imagens de satélite, o parque aparenta ser um extenso marco verde que separa o Município de Sapucaia do Sul da cidade de São Leopoldo. É o único zoológico de Região Metropolitana de Porto Alegre, e um dos poucos do Estado, recebendo a visita de diversas pessoas e escolas de muitos Municípios, não só do Rio Grande do Sul como também de Santa Catarina.

### 5.1. Passeando pelo Parque Zoológico da FZB/RS

Na estrada, placas anunciam previamente, em ambos os sentidos, que o zoológico está próximo. A entrada principal se impõe na beira da estrada de tráfego intenso, sinalizada por um grande *outdoor* com a imagem de um tigre. Um jardim bem conservado leva a uma construção que seria a entrada principal do parque. Entretanto, os poucos funcionários que se encontram nesse local ficam junto à cancela por onde entram veículos e, atualmente, também pedestres. O ingresso custa R\$ 4,00. Estudantes pagam meia entrada. São oferecidos também preços diferenciados para os mais variados meios de transporte: automóveis, R\$ 20,00; motos, R\$ 9,00; Kombi/Van de até 12 pessoas, R\$ 35,00; Van de 13 pessoas ou mais, R\$ 45,00; micro-ônibus, R\$ 65,00; ônibus, R\$ 140,00 e; ônibus escolar, R\$ 35,00 em dias úteis, R\$ 80,00 nos sábados, domingos e feriados.

Os veículos que entram no parque atravessam uma extensa estrada pedregosa e de chão batido, cercada por muitas árvores e arbustos, que desemboca em dois estacionamentos já em zonas centrais do zoológico: um para ônibus e o outro para os demais veículos. Em épocas de tempo bom, datas comemorativas e/ou que antecedem feriados ou finais de semana o movimento de escolas aumenta. Nessas ocasiões, dezenas de ônibus se aglomeram nesses estacionamentos. Nos finais de semana, o movimento maior fica por conta de grupos particulares e/ou famílias.

O acesso dos pedestres até o interior do parque é feito por um caminho diferente. Uma estrada bem conservada de paralelepípedos atravessa o terreno que mescla partes descampadas com outras arborizadas, avançando, segundo o mapa do parque, do leste ao interior deste. À esquerda, rente ao trajeto, ainda é possível ver os trilhos que outrora guiavam um pequeno trem de passeio para diversas atrações do parque. O trajeto é longo. O primeiro recinto encontra-se somente a aproximadamente 300 m da entrada principal, do lado direito de quem adentra o parque. Trata-se de um local bastante amplo, conservando a paisagem do trajeto anterior – algumas árvores dispersas por um terreno gramado – e cercado por todos os lados por telas de arame. Ali ficam três espécies de cervos: dama, sambar e vermelho. A placa de informações dos animais, obrigatória nos recintos, apresentam informações como família, peso, longevidade, período de gestação, crias por parto, alimentação, *habitat* e distribuição, além de uma ilustração dos continentes, salientando as regiões onde a espécie costuma ocorrer. Algumas estruturas de madeira servem de comedouro para esses animais. Elas possuem um pequeno telhado e, se colocadas ali, as folhas que servem de alimento para essas espécies não ficam em contato com o chão. Poucos passos adiante surge, à esquerda, um

segundo recinto. Cercas baixas com telas de arame separam o público de uma segunda cerca, esta de madeira, com quase 2 m de altura e com um comedouro suspenso – similar ao dos cervos –, próximo aos visitantes. Grandes estruturas de madeira, com portas de ferro de correr muito altas, serviam de abrigo para as girafas que, como comentado anteriormente, existiam no parque. Em virtude de ser um bom espaço para receber animais, foi realizado um estudo para pesquisar quais espécies poderiam ser as novas donas do local. Atualmente podem ser avistados ali alguns avestruzes.

Seguindo pelo caminho, é possível ver um pequeno quiosque, estrutura padrão de uma grande marca de sorvetes e outros produtos alimentícios, que pode ser encontrado também em diversos outros pontos do parque. Além dos já mencionados sorvetes, é possível comprar ali água, refrigerante, salgadinhos e coisas do gênero. Ao lado do quiosque, existe um desvio do trajeto principal, levando em direção a uma praça infantil. Nela existem, além de diversos brinquedos, outro quiosque, uma lancheria e um pequeno campo de futebol. Logo adiante fica o estacionamento destinado aos ônibus. Dependendo do dia, o local pode estar praticamente lotado, com dezenas de ônibus, em sua grande maioria realizando o transporte de crianças em passeios escolares.

Avançando ainda mais para o interior do parque, poucos metros adiante, porém a aproximadamente 700 metros da entrada principal, vê-se outro restaurante, dessa vez com capacidade para atender uma quantidade maior de pessoas, frente a um lago onde diversas espécies de aves circulam livremente, localizado na parte leste do parque. Pequenas cercas de madeira impedem o acesso dos visitantes ao lago, mas não impedem que as aves tomem o sentido contrário. Essa região pode ser considerada como a principal do parque, tanto para os funcionários quanto para os visitantes. Por ali se concentram diversas outras estruturas, como Centro de Educação Ambiental, onde atualmente é também a sede do zoológico; central de informações; hospital veterinário; centro de nutrição; departamento de zoologia; além de outras lancherias e uma grande quantidade de recintos. Em dias de maior movimento escolar, é comum ver muitas crianças e adolescentes circulando por ali; alguns com caderno em mãos realizando as atividades propostas, outros caminhando de um lado para o outro visitando as diversas atrações do parque, e outros ainda aparentemente indiferentes ao zoológico, mais interessados em interagir com seus colegas e/ou pessoas de outras escolas. Entre os recintos disponíveis no local, muitos deles são destinados aos primatas, basicamente em dois diferentes modelos. Dois recintos são praticamente ilhas dentro de um pequeno lago, com diversos troncos, cordas e plataformas enriquecendo o ambiente, tanto para o público como para os animais que ali se encontram, além de estruturas de alvenaria que servem de abrigo,

onde esses animais podem ter privacidade<sup>11</sup> e também ser manejados pelos tratadores e veterinários. Os chimpanzés são uma das principais atrações do parque, em especial o filhote. Com frequência as pessoas param para observar suas habilidades, interações ou até mesmo suas semelhanças com os seres humanos. Os demais recintos de primatas – como os micos, macacos e bugios –, bem como os viveiros de aves – onde podem ser vistos, além de outras espécies, tucanos e carcarás – que se encontram ainda nessa região central, têm o formato de um cubo, ou um hexaedro de proporções mais retangulares, cercado por telas de arame, enriquecidos com poleiros, vegetação, cordas e troncos, dependendo da espécie. Existe ainda, na parte dos primatas, um recinto vazio, pequeno, cercado por grossas barras de ferro, em cujo interior há apenas um tronco, uma mesa ao fundo e o abrigo. Nele não há animais, e tampouco vestígios de que tenha sido utilizado recentemente. Segundo os funcionários do parque, esse recinto foi desativado e hoje serve de modelo de como os animais eram acomodados antigamente, apensar de não haver qualquer tipo de informação a respeito para o público no local. Ainda na região central, é possível encontrar o local destinado aos répteis, um abrigo de alvenaria onde os visitantes podem encontrar, além de cobras e lagartos, aranhas, peixes e o recinto das lontras.

Partindo por entre os recintos dos primatas e das aves em direção à zona norte do parque, encontram-se, à esquerda, os hipopótamos, em um recinto baixo, uma espécie de fosso de águas profundas, e também um local por onde os animais podem caminhar. À direita, indo em direção ao norte, há dois recintos muito parecidos: um abriga os leões; outro, os tigres. Construídos em um desnível do terreno, na parte da frente – mais baixa, mas ainda acima do nível onde se encontram os felinos – há uma tela de arame distanciando o público do recinto e, depois, um ou dois metros após essa primeira, há outra tela semelhante fazendo o limite do recinto. Adentrando o local a partir dessa direção, vê-se um fosso com água seguido de uma parte plana, onde ficam os animais, feito com areia e enriquecida com poucos troncos, rochas e vegetação rasteira. Ao redor do recinto enormes paredões, com exceção da parte frontal, limitam o espaço por ali. No fundo encontra-se o abrigo, uma construção de alvenaria que avança poucos metros em direção ao recinto. Não é possível observar esses recintos a partir das laterais; entretanto, ao fundo destes existe uma estrada, por onde o público pode não só transitar como também observar esses animais por cima. Ainda na parte norte, ficam os recintos de outros carnívoros como onças e ursos. Esses locais também são semelhantes uns

---

<sup>11</sup> Todos os recintos devem ter pontos de fuga, ou seja, locais onde o animal pode ter privacidade, também denominados de “segurança psicológica”, podendo ser, dependendo do local e da espécie, alguma vegetação, espelho d’água, abrigo, barreiras físicas como um muro, ou até mesmo um lado extremo do recinto sem acesso aos visitantes (BRASIL, 2002).

aos outros. Tratam-se de construções de alvenaria nas laterais e ao fundo, incluindo o abrigo, e grossas barras de ferro cobrindo o restante das laterais e praticamente todo o teto e a parte frontal. Como todos os outros, esses recintos também possuem elementos de enriquecimento.

Na zona oeste do parque ficam alguns herbívoros de grande porte, por exemplo, rinocerontes, elefantes, zebras, entre outros. Para esses animais, os recintos em geral são mais simples, similares aos dos cervos, com cercas de arame ou madeira e outras proteções distanciando os visitantes do local. Uma das exceções é, por exemplo, o recinto dos rinocerontes. Trata-se de um amplo fosso a céu aberto, limitado por todos os lados de paredes de pedra. A aproximação do público, como ocorre em geral por todo o parque, é limitada por cercas de arame. Já a parte sul do parque não possui recintos. Trata-se de áreas verdes com churrasqueiras disponíveis ao público.

## 5.2. Situação atual do zoológico

O trabalho no parque começa cedo, já que a refeição de tantos animais precisa ser preparada e distribuída uma vez pela manhã e outra no fim da tarde. O zoológico produz 360 toneladas de pasto por ano. Para isso, dois funcionários são encarregados de cortar, diariamente, pelo menos 1.100 quilos de massa verde. Muitos animais são sensíveis a agrotóxicos, o que faz com que essa produção seja feita sem o uso desses produtos químicos.

Enquanto isso, tratadores vistoriam os cativeiros à procura de vestígios que possam indicar algum problema de saúde do animal, verificando se há algo de estanho nas fezes ou na urina, se ele comeu o alimento que lhe foi destinado, entre outros fatores. Esse cuidado acontece porque, por instinto, os animais não podem demonstrar aos seus predadores sinais de fraqueza, para não parecerem alvos fáceis. Ou seja, a aparência não demonstra a real condição de saúde do espécime e, por isso, faz-se necessária que essa inspeção constante. Diante de qualquer irregularidade, são contatados os biólogos e veterinários responsáveis.

No setor de nutrição, são preparados os pratos dos animais, ou o que eles chamam de “cochos”. Cada cocho possui o nome do animal para o qual ele é destinado, elaborado pelos funcionários da nutrição, mas sempre levando em conta os receituários feitos pelos veterinários. Isso ajuda a garantir que nenhum deles será esquecido, bem como que a entrega individual de algum medicamento, misturado à comida, seja realizada. O curioso – e apesar de óbvias, são coisas que podem passar despercebidas a um visitante comum – é que cada animal tem suas necessidades específicas quanto a sua alimentação. Uns precisam do pasto colhido diariamente, outros de maior ou menor quantidade. Alguns necessitam ainda de outros

cuidados especiais em sua alimentação. Os micos, por exemplo, precisam ter suas frutas cortadas em pequenos pedaços para poderem se alimentar.

Todos esses trabalhos demandam bastante atenção, tempo e pessoas que possam realizá-los em tempo. Entretanto, como será abordado a seguir, as baixas no plantel de funcionários ao longo dos últimos anos, sem reposição, são apenas uma das dificuldades que a instituição enfrenta atualmente.

Os conceitos sobre zoológicos mudaram muito nesses últimos 50 anos, idade aproximada do parque. O Parque Zoológico da FZB/RS realizou diversos esforços para manter-se atualizado. Algumas adaptações já puderam ser feitas. Entre os exemplos, vale citar as alterações realizadas em muitas das jaulas – não mais chamadas de “jaulas” por transmitirem a ideia de aprisionamento, mas sim de “recintos” – originais. O conhecimento sobre os animais e a preocupação quanto às suas necessidades era muito diferente do que se tem hoje. Em função disso, muitos recintos foram transformados, e até desativados, com a finalidade de proporcionar uma melhor qualidade de vida para os espécimes.

A legislação prevê diversas características de como os recintos devem ser, incluindo dimensões, enriquecimento, aquecimento, água etc. Entretanto, a atenção para as necessidades do animal deve ser constante, uma vez que esses parâmetros não são características definitivas para comprovar se o recinto consegue proporcionar uma vida saudável ao espécime:

Qualquer alojamento que, embora atendendo as recomendações desta Instrução Normativa, comprovadamente não esteja proporcionando o bem estar físico-psicológico a um ou mais animais que abriga, poderá ser interditado pelo IBAMA, que exigirá a retirada do(s) animal(is) do recinto (BRASIL, 2002).

Dentro dessa perspectiva, de que o recinto deve buscar atender as necessidades físicas e psicológicas da espécie, muitos desses locais foram desativados ou completamente alterados pelo parque. Entretanto, alguns desses espaços que ainda estão em funcionamento, apesar de possuírem boa estrutura, não são vistos pelos próprios funcionários como sendo ideais para determinadas espécies. É o caso dos recintos dos leões e tigres, que são semelhantes. O local, já apresentado anteriormente neste trabalho, é basicamente um fosso. Para um predador, que costuma usar de estratégias furtivas em seus ataques, estar abaixo do nível de visão das pessoas que passam por ali possivelmente já se constitui em um fator de desconforto. Os visitantes surgem e desaparecem de seu campo de visão de forma repentina, algo incomum para esse tipo de animal. Algumas estratégias já foram adotadas visando amenizar possíveis estresses. Antigamente, o local fechado que serve de abrigo era também plataforma de acesso,

onde era possível que os visitantes ficassem logo acima desses felinos, o que era, além de uma situação ainda mais desconfortável para o animal, perigoso – apesar da grade de amparo que existia ali –, uma vez que alguns adultos erguiam as crianças para que estas vissem os animais de cima. Além disso, as pessoas atiravam comida e até mesmo lixo diretamente nos animais. Hoje, o acesso a esse local é proibido.

Os funcionários são conscientes dessas e de outras situações e buscam, sempre que possível, amenizar esses prejuízos, mas a verdade é que atualmente é difícil fazer muito mais do que apenas manter o parque em funcionamento. Apesar de ser não aberto ao público nas segundas-feiras, outras atividades são desempenhadas normalmente nesse dia. Os animais precisam de alimentação e cuidados constantes, e para isso o zoológico deve estar sempre em funcionamento. Visando tornar isso possível, é realizado um rodízio de plantões entre as pessoas que ali trabalham. O último concurso foi realizado em 2001, ou seja, há aproximadamente 10 anos. Atualmente o número de funcionários encontra-se reduzido quase pela metade. Com isso, as pessoas que trabalham no parque precisam, além de ser polivalentes, transcender suas cargas horárias para que todas as atividades básicas sejam desempenhadas. Não raro alguém acaba trabalhando quinze dias de forma ininterrupta, ou até mesmo acaba ficando um mês sem folga em um sábado ou domingo.

Além do desgaste em função do plantel de funcionários reduzido, o parque enfrenta também, por se tratar de um órgão estadual, o problema da falta de verbas e da burocracia. O valor pago pelos ingressos é bastante popular, havendo ainda descontos para estudantes e para grupos numerosos, e isenção para crianças menores de 12 anos. Esse montante arrecadado é suficiente apenas para a alimentação dos animais e uma ou outra pequena manutenção. A folha de pagamento dos funcionários procede do Estado. O dinheiro arrecadado pelo zoológico vai para o Caixa Único do Estado, e só pode ser utilizado por meio de um processo em que sejam especificados as finalidades e os valores dessa requisição, o que leva tempo e pode ser rejeitado. Um exemplo é a sede administrativa, que foi totalmente destruída em um incêndio, em maio de 2007, e só recentemente foi aceito o projeto para construção de uma nova sede, que hoje se encontra de forma improvisada junto ao Centro de Educação Ambiental. Essa falta de autonomia dificulta também a aquisição de novos animais junto a outras instituições de vida selvagem.

Os próprios funcionários defendem que o parque precisa passar por uma reformulação completa. Existe atualmente um processo para a criação de um plano diretor para o zoológico, propondo um modelo de parque a ser atingido a fim de que todas as modificações realizadas, desde espaços de visitação até recintos, não sejam reparos pontuais, mas sim alterações que



busquem atingir um padrão de parque que se espera ter no futuro. Uma das esperanças é a Copa de 2014, que propõe investimentos em várias áreas, e entre elas a reforma de diversos parques. A ideia é apresentar um projeto para que o Parque Zoológico da FZB/RS seja contemplado com parte desses recursos.

### 5.3. A visitação no parque

A proposta de visitação do Parque Zoológico da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul mudou bastante desde sua fundação, mas o público ainda é bem heterogêneo. “Os *zoos* tinham a finalidade de entretenimentos, assim como os circos”, relata um dos funcionários entrevistados. Esse tipo de comportamento por parte dos visitantes ainda se faz muito presente. Muitos esperam ver os animais executando algum tipo de ação ou se movimentando, e se mostram frustrados quando estes se encontram inativos. Alguns – tanto crianças como adultos – chegam a atirar comida e/ou objetos para dentro dos recintos e até mesmo nos animais. No Centro de EA, existe até uma exposição feita somente com materiais retirados em necropsias<sup>12</sup> de dentro do estômago de alguns animais, onde é possível observar, entre outros objetos, latas, cadarços, meias e bolas.

O mesmo funcionário do parque citado no parágrafo anterior relatou que, certa vez, o parque emprestou um casal de cangurus para um zoológico de Santa Catarina. Os animais foram saudáveis e retornaram cegos. Apesar de já terem idade avançada, o que causou a perda da visão foi que eles ficavam expostos muito próximos ao público. As pessoas, na vontade de vê-los interagir, molestavam esses animais com varetas, provavelmente de algodão-doce. O entrevistado afirmou que os animais do Parque Zoológico da FZB/RS não são adestrados ou condicionados a terem algum tipo de comportamento diferenciado, pelo contrário. Nos recintos a tentativa é de recriar o *habitat* das distintas espécies para que os espécimes vivam – apesar de todas as diferenças que o recinto impõe ao modelo de vida livre – da forma mais natural possível. Segundo ele, as pessoas que visitam esse zoológico com a ideia única do entretenimento têm grandes chances de saírem frustradas de lá.

O parque possui diferentes atividades voltadas para a EA. No local existia a visita orientada, na qual grupos de visitantes eram acompanhados por um funcionário. Este apresentava os diferentes espaços, bem como fornecia informações sobre eles. Em razão do plantel de funcionários estar atualmente bastante reduzido, esse tipo de atividade é pouco

---

<sup>12</sup> Atividade obrigatória a ser realizada em todos os espécimes que vierem a óbito em um zoológico, registrando os motivos desse acontecimento (BRASIL, 2002).

viável hoje. A última pessoa encarregada por essa atividade era um técnico agrícola, que por ser o único designado para a função, tinha a agenda cheia, fazendo com que esse tipo de visita precisasse ser marcada com muitos dias, ou até meses, de antecedência. Existe também a campanha denominada ‘Lixo dentro do Lixo’, na qual as crianças são instruídas a guardarem consigo os resíduos produzidos durante o passeio e entregarem no final, ganhando um bônus do zoológico. Durante a explicação, é esclarecido que o lixo jogado no chão dentro do parque pode acabar parando, em razão de eventos como a chuva e o vento, dentro do recinto dos animais, e podem ser engolido por eles. A ideia não é juntar lixo das lixeiras, tampouco importa a quantidade, mas sim evitar jogar o seu próprio lixo no chão. São distribuídos também panfletos a respeito da reciclagem e da coleta seletiva, além de um gibi – elaborado pelo parque em parceria com uma grande editora – contando uma história sobre o lobo-guará e trabalhando, no enredo, questões como o cuidado com o ambiente e principalmente com animais selvagens.

O Centro de Educação Ambiental, com auxílio de outros setores como o da veterinária, sempre que possível atende aos pedidos dos professores, ministrando cursos sobre determinados assuntos, por exemplo, um grupo específico de animais. A ideia é organizar algumas dessas aulas, criando um conjunto de temas, a fim de facilitar o trabalho dos funcionários do parque e também poder oferecer um trabalho melhor planejado às escolas. Estas, por sua vez, representam grande parte do público do parque, sendo a grande maioria dos visitantes nos dias úteis e ainda parte do montante de pessoas que visitam o zoológico nos finais de semana.

A preparação das escolas para a visita no parque é muito variada. Segundo informações obtidas a partir de entrevistas com os funcionários do zoológico e de observações, existem professores que planejam previamente atividades a serem desenvolvidas durante o passeio, por vezes convergindo com os conteúdos abordados em aula, acompanhando e instruindo seus estudantes durante a visita. Existem outros que enxergam nesse encontro apenas uma oportunidade de lazer e descanso, deixando seus alunos livres durante praticamente todo o dia, sem qualquer instrução de como se portar nesse tipo de espaço. Já houve casos até em que os próprios professores tiveram de ser advertidos pelos funcionários em função de estarem agindo de forma inadequada, causando o estresse de alguns animais, por vezes até em frente aos seus estudantes. Durante dias em que há um bom número de escolas no parque, é comum ver adolescentes com cadernos em mãos, trocando informações de como encontrar as respostas para as atividades propostas; outros passeando

pelo parque, conhecendo os espaços e recintos; assim como outros ainda mais interessados nas interações, com seus colegas e os estudantes de outras escolas.

Da mesma forma como cada escola, turma, professor e estudante representam um contexto bastante particular, existem outras circunstâncias, no caso dos zoológicos, que podem acabar gerando diferentes maneiras dessas instituições trabalharem. O contexto do parque apresentado inclui fatores muito particulares como: público; inaugurado há 50 anos; presença de espécies nativas e exóticas; localizado em Sapucaia do Sul; e configurado na forma de uma ampla área verde e com recintos espalhados por eles. A partir dessa perspectiva, foi considerado pertinente o estudo em outro zoológico, não necessariamente com a intenção de colocar um ao lado do outro e fazer uma comparação direta, mas sim para conhecer outra forma como um zoológico pode ser.

## 6. GRAMADOZOO

O GramadoZoo é um zoológico privado, localizado no Município de Gramado – RS, a aproximadamente 700 metros do pórtico de entrada da cidade, 5 quilômetros do centro e 115 quilômetros de Porto Alegre – RS, capital do Estado. Inaugurado em 2008, o zoológico demorou cinco anos para ficar pronto: três de planejamento, dois de construção. No parque podem ser vistos apenas espécimes da fauna brasileira, justificando o *slogan* utilizado pelo parque, que diz: “O GramadoZoo é o zoológico mais brasileiro do Brasil”. O zoológico foi projetado para ter o formato de um percurso, com 1.200 metros de extensão, preenchido com placas informativas, encontradas principalmente – porém não de forma exclusiva – em frente aos recintos dos animais. Em relação aos recintos, estes foram pensados e projetados para terem ao mesmo tempo o mínimo de barreiras possíveis entre visitantes e animais – podendo apresentar telas metálicas, pequenos fossos, muros, vidros blindados ou até mesmo não ter obstáculos, possibilitando, em certas ocasiões, o contato direto – e tentar recriar o habitat da espécie, visando proporcionar o maior conforto possível para os animais que nele se encontram. O zoológico conta ainda com estruturas que permitem a acessibilidade de portadores de necessidades físicas. Atualmente, 1.500 espécimes encontram-se abrigados no parque (GRAMADOZOO, 2011).

O Município de Gramado, com população de aproximadamente 32 mil habitantes, é voltado basicamente ao turismo, oferecendo aos seus visitantes um local repleto de atrações como arquitetura, paisagismo, gastronomia, comércio e, para quem gosta do frio, as baixas temperaturas típicas da região. É também sede de diversos eventos, alguns deles bem renomados no País, como o Natal Luz e o Festival de Cinema de Gramado (GRAMADO, 2012). Nesse contexto, o GramadoZoo surge, a partir de uma iniciativa privada, para ser mais uma opção de atração turística da cidade.

### 6.1. Passeando pelo GramadoZoo

Encontrar o GramadoZoo não costuma a ser tarefa difícil para quem está na RS-115, estrada que dá acesso ao parque. Em ambos os sentidos existem diversas sinalizações que ajudam a localizar a íngreme e bem conservada estrada pavimentada que leva o visitante da rodovia até a entrada principal do parque, com o estacionamento logo em frente. O preço para deixar seu veículo ali é de R\$ 5,00. Do meio de um alto muro de pedras grandes, emerge a entrada para o parque, que daria talvez a impressão de ser a entrada em uma caverna se não

fossem os bancos colocados sob um telhado que ajuda a proteger quem ali chega das intempéries. Mesmo assim o tom rústico permanece. Na entrada, um painel à direita esclarece os visitantes das últimas notícias divulgadas sobre o zoológico nos mais variados meios de comunicação. À frente, encontram-se duas bilheterias – devidamente sinalizadas em português e inglês – a roleta de acesso e uma placa com os preços: R\$ 18,00 a entrada, R\$ 15,00 para crianças de 3 a 12 anos, R\$ 9,00 para pessoas acima de 60 anos, e também o aviso de que crianças com até 2 anos estão isentas. O preço não é o mesmo oferecido para escolas. Estas pagam, por aluno, o preço de R\$ 12,00 se visitarem o zoológico nos meses de maio, junho, julho, outubro, novembro e dezembro, R\$ 10,00 se forem em janeiro, fevereiro, março, abril e setembro e R\$ 8,00 se forem em agosto. Nesse preço está incluído, a princípio somente para escolas, o acompanhamento de um educador ambiental do parque durante a visita. Por falar nos educadores ambientais, estes podem geralmente ser encontrados, devidamente uniformizados, em frente à roleta de entrada.

O passeio começa quando se cruza uma porta metálica que transporta o visitante a uma sala escura. Nela é projetado um vídeo que apresenta o parque e sua proposta, abordando o modelo dos recintos que buscam remover a sensação de aprisionamento, tanto para o espécime quanto para o público, além de esclarecer que o parque possui espécies exclusivamente da fauna brasileira, provenientes de zoológicos, criadouros ou apreensões e não removidos diretamente da natureza. Visto que esse zoológico pode proporcionar situações de contato direto entre humanos e animais, a projeção adverte ainda sobre alguns cuidados quanto ao comportamento que o visitante deve ter durante o passeio, como não tocar ou alimentar os animais e não ultrapassar os limites de proteção. Ao fim do vídeo, outra porta metálica leva o visitante ao próximo ambiente: um túnel escuro formado de grandes pedras. A iluminação é feita somente pelos raios de sol que adentram o ambiente ao final dessa passagem. A alusão a uma caverna é bem mais pertinente agora. Esta desemboca em um local repleto de árvores, pequenos lagos artificiais e diversos outros componentes – entre eles troncos, poleiros, abrigos e comedouros – além de aves voando, pousadas e até mesmo caminhando por todos os lados. Envolvendo todo esse local, e acompanhando o caminho que se estende, existe uma alta e larga rede que impede a dispersão desses animais. Não demora para que se perceba o que está acontecendo ali: você está visitando o recinto por dentro, o que também é conhecido pelos funcionários do parque como “imersão”<sup>13</sup>. Tucanos, araras, papagaios e outras espécies voam ao redor dos visitantes, encontram-se pousados em algum

---

<sup>13</sup> Em recintos onde é permitida a entrada de visitantes, o percurso deve ser delimitado, como acontece nesse local (BRASIL, 2002).

lugar e até, eventualmente, podem se aproximar, talvez curiosos em investigar itens – ou parte deles, como botões, cadarços e outros – que você possa estar carregando. As reações são as mais diversas. A única que parece quase unânime é sacar a máquina fotográfica ou apontar, para o portador desta, fotos que ele deve tirar. As pessoas que são inspecionadas pelas aves geralmente procuram agir com cautela, vagarosamente, buscando assim evitar machucar ou assustar os animais. Enquanto isso, muitas outras aves, alheias aos visitantes, passam em rasantes por eles, frequentemente em busca dos muitos comedouros espalhados pelo local. Fazem ainda parte desse cenário placas orientando os visitantes, em português, inglês, espanhol e francês para que não utilizem o flash para tirar fotos durante a visita, bem como outras que contêm informações sobre os animais ali presentes. Estas apresentam uma foto do animal, o nome popular e científico, o nome e a foto de alguns dos alimentos que essa espécie costuma consumir, seu *habitat* e um mapa do Brasil, mostrando onde ela pode ser encontrada. No caso de animais ameaçados de extinção, há também um aviso, elucidando seu principal inimigo e os motivos que comprometem a continuidade da existência da espécie. Como na maioria das vezes os fatores que ameaçam essa existência são ações antrópicas, como o tráfico de espécimes e a degradação de *habitats*, o homem é considerado o principal inimigo desses animais.

Dando continuidade ao percurso, uma espécie de gaiola, composta de duas portas, uma de entrada e outra de saída, realiza a transição desse espaço inicial para o próximo, certificando-se assim de que somente os visitantes, e nenhuma ave, atravessem para o ambiente seguinte, dessa vez sem redes envolvendo o caminho a ser percorrido. Esse local apresenta outro grande viveiro de pássaros à esquerda, porém dessa vez sem a possibilidade de acesso do público, e uma cerca rudimentar à direita, que delimita o espaço no qual se encontram diversas emas. Ao avistarem o visitante, é comum que elas caminhem para um local mais adiante, e se acumulem próximo a cerca. O mistério dura pouco: uma prateleira – construída com um tronco, alguns retalhos de madeira, bambu e coberta com palha – com algumas caixas de ração que os visitantes podem pegar para alimentar as aves. O custo é de R\$ 2,00 e paga-se por ela somente no final do passeio, alertando na loja sobre a aquisição desse produto. A placa avisa também que se trata de um alimento balanceado, que deve ser oferecido somente às emas. Ao lado, uma pequena rampa que sai do percurso penetra por entre a cerca que guarda as emas e desemboca em uma prateleira, que nesse caso pode ser considerada como um prato, do lado de dentro do recinto. É exatamente ali que, não raro, as aves se aglomeram.

Existem ainda outros tipos de tabuletas espalhadas pelo parque. Um exemplo é a que pode ser encontrada logo depois do recinto das emas. Nela está escrito: “Você já percorreu 20% do caminho. Vamos aprender! Observe bem as informações nas placas”. Por vezes é possível encontrar, próximo à placa em frente a um recinto que fale sobre o espécime que ali se encontra, outra trazendo informações adicionais sobre esses animais; é o caso da que existe no recinto das emas. Com o título de “Você sabia?”, essa tabuleta aborda o parentesco muito próximo existente entre a ema, encontrada na América do Sul, o avestruz da África, o emu da Austrália e o casuar da Nova Zelândia, não só argumentando que essas são evidências de que os continentes já estiveram unidos no passado como também ilustrando como a evolução pode dar origem a novas espécies a partir de um ancestral comum.

O percurso continua, apresentando outros espécimes, porém seguindo um padrão muito semelhante daquele descrito até agora, com vegetação, construções e/ou outras adaptações que visem reconstruir o *habitat* original das espécies ou então propiciar alguma interação ou adaptação necessária do animal, como poleiros para aves ou cordas para os macacos, em recintos exclusivos aos animais ou de imersão. Outro recinto, porém, se mostra diferente. Grandes pedras aparentemente não moldadas criam um novo túnel por onde o trajeto se bifurca, permitindo a entrada dos visitantes: outra caverna. Se já houver pessoas por ali, é possível que elas estejam se comportando de forma muito semelhante a algum *paparazzo*. A caverna é curta e desemboca em uma sala retangular, com uma enorme janela de vidros blindados cobrindo o lado oposto à entrada e parte das laterais. A vista do outro lado é nítida e próxima. Trata-se de um recinto feito a partir de um buraco no terreno, envolvido por uma tela feita provavelmente de um material bastante resistente, e que agora possui vegetação, troncos e um pequeno lago. Nesse local, um casal de onças pode ser visto caminhando a centímetros de quem quer que esteja as observando. Não se trata de um modelo de recinto exclusivo às onças. Pumas e quatis, por exemplo, também são abrigados dessa maneira.

Na metade do caminho – e na parte mais alta do parque – encontra-se um restaurante no formato de oca indígena. O percurso, aliás, atravessa o restaurante, obrigando o visitante a pelo menos passar por ali. Por se tratar de um ponto situado quase no cume da montanha onde o parque se encontra, a vista dos vales é muito boa, e não totalmente prejudicada para quem está no restaurante: enormes janelas cobrem praticamente metade do local, que tem capacidade para receber aproximadamente 200 pessoas (GRAMADOZOO, 2011). O local é decorado por fotos provenientes do “Bicho Bom de Foto”, concurso organizado pelo zoológico em que os registros fotográficos feitos pelos visitantes das dependências do parque

competem por brindes oferecidos pela instituição para os vencedores. O cardápio é leve: apenas lanches e algumas sobremesas, sem pratos habitualmente servidos em outros locais, como almoço ou janta. Buscando fazer justiça ao *slogan* de “zoológico mais brasileiro do Brasil”, ali não são comercializados salgadinhos e refrigerantes, com exceção do guaraná, refrigerante típico do País. Este, porém, não é vendido em latas com receio de que esse material acabe sendo descartado de forma inadequada e acabe em posse de algum animal.

A outra metade do percurso segue um padrão muito semelhante de apresentação já abordado. Aparelhos de ar condicionado por vezes dão um contraste à paisagem criada nos recintos a fim de proteger alguns animais mais sensíveis de intempéries. É comum também encontrar pessoas com o uniforme do zoológico caminhando pelo parque, sejam educadores ambientais conduzindo alguma escola, o veterinário fazendo uma vistoria de rotina nas condições dos animais, ou tratadores carregando bandejas e baldes com frutas e sementes e também limpando os recintos dos espécimes que, apesar de inicialmente relutantes e cautelosos, já se acostumaram com a presença deles por ali.

Uma nova caverna marca o fim do trajeto, muito semelhante àquela do início do percurso. Na entrada desta, o “berçário”, local onde são abrigados e expostos alguns dos espécimes recém-nascidos do parque. Algumas das rochas desse local possuem pinturas que buscam recriar artes rupestres encontradas em território brasileiro que procuram representar animais. A idade estimada dos desenhos originais é de 10 a 12 mil anos. A loja do parque é o último local de passagem do passeio. Animais de pelúcia de diversas espécies podem ser encontrados ali, mas em vez de ursos, leões e tigres, há somente exemplares da fauna brasileira e que podem ser encontrados nesse zoológico, como capivara, lobo-guará, macaco-aranha, entre outros. Parte da renda arrecadada na venda desses *souvenirs* é destinada a programas de preservação da fauna brasileira. Podem ser adquiridos ainda camisetas, chaveiros, materiais de escritório e algumas outras lembranças do parque.

## 6.2. Situação atual do zoológico

Os cuidados dos funcionários para com os animais do parque são muito semelhantes e seguem a mesma lógica do trabalho realizado no Parque Zoológico da FZB/RS. Nesse caso, os alimentos são adquiridos no comércio local e preparados pela equipe veterinária para serem distribuídos aos diversos espécimes do parque. Assim como no zoológico descrito anteriormente, os tratadores – ao distribuir os alimentos ou realizar a limpeza e manutenção dos recintos – verificam as condições dos animais, assim como possíveis vestígios deixados



por estes que possam vir a ser sinal de qualquer tipo de insalubridade. Mediante qualquer suspeita, o biólogo e/ou os veterinários responsáveis são contatados imediatamente. Os próprios veterinários, várias vezes ao dia, realizam rondas no parque para conferir se os animais estão bem e os recintos, em boas condições.

O zoológico foi previamente planejado e inaugurado há pouco tempo. Não foram necessárias grandes reestruturações até agora. Claro que os aprendizados obtidos por meio da prática proporcionaram alguns pequenos ajustes como modificações em recintos, incremento no trabalho de educação ambiental, ampliação do plantel de funcionário, entre outros. O parque atualmente conta com 37 funcionários.

A administração do parque possui certa preocupação para com o desenvolvimento local. Busca-se não somente preencher as vagas de trabalho com pessoas do Município, como também optar por fornecedores locais para a realização da compra de produtos. As frutas e verduras que servem de alimento para animais são compradas de uma fruteira próxima ao parque. Quando é necessária a compra de algum material ou a realização de um serviço, a prioridade é buscar suprir essa demanda com o que a cidade de Gramado tem a oferecer. Os animais de pelúcia eram encomendados de uma fábrica local, originalmente de terceiros, e que agora pertence também aos donos do parque. A intenção era garantir a exclusividade do parque na venda dos *souvenirs*; e nessa fábrica a administração segue a mesma tendência: trabalhadores e materiais provenientes do Município.

Atualmente o trajeto entre o zoológico e o centro da cidade não conta com nenhuma conexão feita por meios de transporte público. Eles levam no máximo até a entrada da cidade, a 700 metros, por uma rodovia que não tem acostamento. Algumas agências de turismo realizam o percurso, mas depende do interesse de um grupo de pessoas em realizar o passeio. Ir e voltar do centro de táxi não sai por menos de R\$ 25,00 por trajeto. Já foram feitos alguns levantamentos de empresas particulares de transporte na tentativa de disponibilizar esse serviço, porém não houve acordos entre as partes. A ideia é que, com a recente inauguração do Parque Gaúcho – local que é não somente um centro de eventos, mas também um museu sobre a história e os costumes do gaúcho, construído pelo mesmo grupo privado responsável pelo GramadoZoo e localizado no mesmo terreno, ao lado do zoológico –, o investimento em um meio de transporte torne-se mais viável.

O parque possui preço e acompanhamento diferenciado para as escolas. Por vezes algumas dessas instituições entram em contato tentando negociar preços ainda mais acessíveis. Geralmente esses pedidos não são aceitos em função de que, por se tratar de um zoológico particular, ele precisa se auto-sustentar financeiramente, e os preços estabelecidos

já estão dentro de um planejamento que assegura a manutenção de todos os custos do parque. Entretanto, cada caso é analisado em particular pela direção e, em alguns casos especiais, o zoológico oferece um preço diferenciado a esses grupos.

O zoológico possui, no final do percurso, antes da loja, um livro e, que os visitantes podem manifestar suas opiniões a respeito do parque. Em geral, a grande maioria dos comentários faz diversos elogios ao local. Alguns outros argumentam que gostariam de ter visto outros animais, apresentando como exemplo espécies exóticas como leões, elefantes, girafas etc. Ainda outros acreditam que alguns recintos, principalmente os destinados aos felinos, são pequenos e que esses animais aparentam estar estressados. Já os profissionais do parque justificam que todos os recintos estão de acordo com as exigências estabelecidas pelo IBAMA e que os animais não se encontram em condições de estresse. Um dos principais argumentos utilizados para defender que os espécimes não apresentam perturbações físicas e/ou psíquicas é que eles estão se reproduzindo em cativeiro, o que geralmente não ocorre com animais mantidos em más condições. Mesmo assim, o zoológico estuda a criação de um santuário dos felinos, local onde seriam criados novos e mais amplos recintos para esses animais.

### 6.3. A visitação no parque

Muitas pessoas pensam na visitação ao zoológico como uma forma de lazer e/ou como uma atividade de turismo. O parque tenta incorporar informações durante o trajeto, mas buscando também não torná-las maçantes. Alguns param para ler, têm interesse por esse tipo de conhecimento, entretanto muitos estão mais interessados em fazer um passeio, olhar alguns animais e partir, muitas vezes em direção a outros pontos turísticos da região. O que se leva de uma visita é muito particular e depende de diversos fatores. A preocupação do parque em tornar o passeio o mais agradável possível para seus visitantes é grande. Atitudes como tornar ágil o atendimento na recepção para que eles não fiquem muito tempo esperando, disponibilizar bancos durante o percurso para os visitantes descansarem, cuidar para que o ambiente esteja sempre limpo, entre outros fatores, são sempre levados em consideração, pois, segundo relataram alguns dos funcionários entrevistados, qualquer detalhe pode fazer com que um visitante se sinta incomodado durante o passeio, comprometendo assim, para essa pessoa, a imagem que ela tem do parque, bem como todo um trabalho realizado com o intuito de acolher o público.

As visitas particulares comuns geralmente não contam com o acompanhamento de profissionais do zoológico, diferentemente das escolas, que são acompanhadas por educadores ambientais. Estes, por sua vez, buscam transmitir um pouco de informações sobre os animais, mas principalmente realizar um trabalho de sensibilização, abordando a relação entre os seres humanos e a natureza; a história de alguns animais que estão ali, relatando as condições em que eles se encontravam quando chegaram ao parque; o desmatamento; o tráfico de animais; a poluição o risco de extinção de algumas espécies; e o motivo pelo qual elas se encontram nesse estado. Segundo uma das educadoras ambientais, “o zoológico é um livro aberto onde se podem trabalhar várias coisas” e deve ser utilizado como fonte de informação e como um catalisador na sensibilização das pessoas para com a natureza. Tudo isso é feito para gerar, além de outros conhecimentos, uma consciência de que algumas espécies de animais não devem ser adquiridas como animais de estimação. A intenção é que essas crianças não só aprendam, como também transmitam o que lhes foi ensinado para seus familiares e amigos, servindo assim como multiplicadores.

O perfil das escolas que visitam o parque é o mais variado. A ideia é que os professores organizem e conduzam seus alunos durante o percurso para que o educador ambiental possa complementar o passeio com as mais variadas informações. Isso chega a acontecer: há professores que cooperam bastante com o desenvolvimento das atividades. Entretanto, o comportamento mais comum observado pelos funcionários do zoológico por parte desses profissionais que respondem pelos alunos é passar a responsabilidade de organizar as turmas para os educadores ambientais, o que por vezes acaba dificultado a realização trabalho.

O parque disponibiliza ainda, na entrada, o horário de alimentação de algumas espécies – como as onças, pumas, jacarés e pingüins –, para que os visitantes possam presenciar o momento. O zoológico oferece ainda oito diferentes oficinas de educação ambiental divididas em três distintos grupos de nível escolar: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Os conteúdos variam dentro das possibilidades de assuntos que podem ser abordados a partir da temática da fauna, como, por exemplo, zoologia, ecologia, preservação e ambiente. O parque possui ainda o serviço do safári noturno. Neste passeio – como indica o nome, realizado no turno da noite – os visitantes recebem lanternas e realizam uma trilha monitorada, acompanhados de educadores ambientais, para observar, em especial, animais de hábitos noturnos.

As circunstâncias na qual o Parque Zoológico da FZB/RS e o GramadoZoo se inserem são completamente diferentes. Os fatores são muitos e vão além do município onde estas

instituições se localizam, a data de inauguração, as razões pelas quais eles foram criados e o tipo gestão pela qual são administrados, pública ou privada. Sendo assim, o presente estudo não tem a pretensão de fazer uma comparação direta entre os dois zoológicos. Entretanto, há sim uma característica que tem a possibilidade de influenciar na interação dos indivíduos, tanto dos visitantes como dos próprios funcionários, para com estes espaços. Diferentemente do Parque Zoológico da FZB/RS, e até mesmo do *Zoo de Buenos Aires* e o *Jardín Zoológico y Botánico de La Plata*, dois zoológicos argentinos visitados durante o mestrado-sanduíche realizado na cidade de La Plata – Argentina, o GramadoZoo não é um zoológico dentro de um parque, mas sim um percurso único com início, meio e fim. Não é um local convidativo para passar um dia inteiro. Seus visitantes realizam o trajeto em no máximo duas horas, até mesmo em menos de uma hora por alguns mais apressados. Entretanto, este modelo possivelmente facilite um melhor planejamento, tanto do acompanhamento do público quanto da programação e a apresentação do parque.

Encerrando, neste momento, tanto as revisões bibliográficas como as análises dos objetos empíricos deste trabalho, tomo a liberdade de, no seguinte tópico, realizar algumas considerações sobre tudo que foi discutido até agora.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início deste trabalho, propus-me a pesquisar como se configuram as relações entre humanos e animais em um contexto urbano contemporâneo, bem como o papel dos zoológicos e seus espécimes nesse mesmo cenário. Pensando especialmente a partir desses dois questionamentos, dialoguei com autores como Bruno Latour, Donna Haraway, Hans Jonas, Keith Thomas e Tim Ingold, que tematizam a imparcialidade da ciência na reconstituição da realidade, as fronteiras e relações entre humanos e animais, bem como os jardins zoológicos, espaços que proporcionam um contato direto com espécies de vida selvagem. Todos esses estudos proporcionaram-me a capacidade de realizar algumas reflexões.

Desde os *pets* até os animais selvagens, pelo menos aqueles com os quais temos contato numa situação controlada oferecida pelos zoológicos, parece haver na experiência contemporânea certa humanização dos animais, no sentido de tê-los como seres bastante próximos, até mesmo fazendo parte de nossas famílias. Eles passaram a ser vistos como um indivíduo “semelhante”, no sentido de ser objeto de direitos, que merece não apenas não sofrer, mas também ser feliz e se beneficiar dos recursos voltados ao bem-estar animal; muitas vezes por meio de produtos e serviços que buscam atender mais o desejo de seus donos do que as próprias necessidades do animal de estimação.

É interessante observar que esse *status* de “semelhante”, embora seja mais evidente nos *pets*, também alcança, em certa medida, os animais selvagens dos zoológicos. Esses contatos têm a capacidade de proporcionar relações singulares, ao mesmo tempo de alteridade e de identificação, na experiência de sujeitos urbanos.

Carvalho (2002), discutindo a literatura sobre a história social das relações com a natureza, resgata que o processo civilizatório foi construído como sendo o polo oposto ao da natureza selvagem, outrora sinônimo da barbárie e ignorância. A dominação da natureza, e posteriormente a deterioração desta e do próprio ambiente urbano, “[...] impulsionou o surgimento de um sentimento estético e moral de valorização da natureza selvagem, não transformada pelos humanos” (p 45). Sendo assim, os animais enquanto partícipes dessa ideia de natureza boa e bela muitas vezes são vistos como seres com um papel reparador nesses contextos urbanos, como se representassem uma ordem natural dentro da concepção de natureza boa e bela. No triste caso ocorrido em abril de 2011 – conhecido como a Tragédia de Realengo, ocorrido no bairro de Realengo da cidade do Rio de Janeiro –, é possível encontrar um exemplo de como esse papel de representar uma natureza boa e bela está presente nesses

contextos e é, por vezes, atribuído aos animais. Na ocasião, um homem de 24 anos, ex-aluno da Escola Municipal Tasso da Silveira, invadiu o local e atirou de forma indiscriminada nos estudantes, matando dez meninas e dois meninos e ferindo dezenas de alunos. Após a intervenção de policiais, o homem disparou contra si mesmo, cometendo suicídio. Na carta<sup>14</sup> encontrada com o assassino, ele aborda, entre outros assuntos, os animais, vistos por ele como seres do bem e que precisam de nossa proteção: “[...] os animais são seres muito desprezados e precisam muito mais de proteção e carinho do que os seres humanos que possuem a vantagem de poder se comunicar, trabalhar para se alimentarem [...]”.

Gostaria de salientar que não é pretensão fazer aqui qualquer tipo de defesa ou justificativa do ato, pelo contrário. Tratava-se de um homem doente e me solidarizo com as famílias das vítimas pelo ocorrido. Contudo, chama a atenção que, mesmo na configuração de uma patologia psicossocial, esse valor contemporâneo relacionado ao caráter puro e bom da natureza como contraponto do mundo humano é acionado no imaginário do jovem de Realengo. Naquele caso, essa defesa dos animais está provavelmente relacionada ao seu sintoma e às suas dificuldades sociais, reposicionando a polarização entre natureza boa e sociedade hostil de forma particular na configuração de seu transtorno mental. Esse é um evento crítico porque estressa uma característica que também aparece em situações “normais”, em que o desajuste e o desconforto com a vida social estão situados em níveis toleráveis e manejáveis, mas não deixa de indicar um *continuum* que permite que essa associação e identificação com os animais, como expressão da compensação pelas frustrações com a vida social entre os humanos, seja possível em diferentes gradações na sociedade urbana contemporânea.

Neste trabalho busquei discutir a dimensão educativa presente nas relações entre humanos e animais em contextos urbanos mediadas principalmente por espaços como os zoológicos. Considerei que estes espaços são pedagógicos e educam no sentido em que Steinberg (1997) utiliza a expressão “pedagogia cultural”. A autora mostra como a educação ocorre em diferentes espaços em nossa sociedade, incluindo a escola, porém abrangendo também outros lugares, como bibliotecas, jornais, cinema, TV, assim como os zoológicos. Considerando a educação como processo inerente à cultura – e esta é não só produtora, como também produzida, afeta e é afetada pelas próprias vivências culturais, pelo educar e pelo aprender (BRANDÃO, 2002) –, torna-se relevante para os educadores compreender as

---

<sup>14</sup> O trecho foi resgatado de uma reportagem publicada em um *site* de jornalismo, disponível em: <<http://g1.globo.com/Tragedia-em-Realengo/noticia/2011/04/leia-trecho-da-carta-do-atirador-que-invadiu-escola-no-rj.html>>. Acesso em: 12 jan. de 2012.

mudanças de atitudes que ocorrem em nossa sociedade; aqui, especificamente, as relações para com os animais.

## 8. REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Educação como cultura*. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

BRASIL. Decreto-lei nº 5197, de 3 de janeiro de 1967. Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, 3 de jan. de 1967. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5197.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5197.htm)>. Acesso em: 31 out. de 2011.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 76.623, de 17 de novembro de 1975. Promulga a Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção. *Diário Oficial da União*. 17 de nov. de 1975. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/flora/convecacao.htm>>. Acesso em: 07 nov. de 2011.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.173, de 14 de dezembro de 1983. Dispõe sobre o estabelecimento e funcionamento de jardins zoológicos e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. 14 de dez. de 1983. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1980-1988/L7173.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7173.htm)>. Acesso em: 12 de jan. de 2012.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 93, de 7 de julho de 1998. *Diário Oficial da União*. 7 de jul. de 1998. Disponível em: <[http://www.ibama.gov.br/fauna/legislacao/port\\_93\\_98.pdf](http://www.ibama.gov.br/fauna/legislacao/port_93_98.pdf)>. Acesso em: 2 nov. de 2011.

\_\_\_\_\_. Instrução normativa nº 4, de 4 de março de 2002. *Diário Oficial* 46. 4 de mar. De 2002. Disponível em: <[http://www.ibama.gov.br/fauna/legislacao/in\\_04\\_02.pdf](http://www.ibama.gov.br/fauna/legislacao/in_04_02.pdf)>. Acesso em: 08 nov. de 2011.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *A invenção ecológica: narrativas a trajetórias da educação ambiental no Brasil*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_. Sobre Tim Ingold. *Isabel Carvalho: Página Pessoal de Isabel Carvalho*. Disponível em: <<http://www.isabelcarvalho.blog.br/?p=823>>. Acesso em 14 out. de 2011.

DARWIN, Charles. *The Origin of Species*. Londres: John Murray, 1872.

DIAS, José Luiz Catão. Zoológicos e a pesquisa científica. *Biológico*, São Paulo, v. 65, n. 1/2, p. 127-128, jan./dez., 2003.

DOUROJEANNI, Marc. Ambientalismo e direitos animais II. *O Eco*. Disponível em: <[http://www.oeco.com.br/marc-dourojeanni/16407-oeco\\_20294](http://www.oeco.com.br/marc-dourojeanni/16407-oeco_20294)>. Acesso em 10 dez. de 2011.

EUROMONITOR. *Rising Middle-class Drives Boom in Latin American Pet Care*. Disponível em: <<http://blog.euromonitor.com/2011/04/rising-middle-class-drives-boom-in-latin-american-pet-care.html>>. Acesso em 20 nov. de 2011.

FEIJÓ, Anamaria. Ensino e pesquisa em modelo animal. In: CLOTET, J.; FEIJÓ, A.; OLIVEIRA, M. G. de. *Bioética: uma visão panorâmica*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. p. 21-35.



FLICK, Uwe. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FZB/RS. *Parque Zoológico*. Disponível em: <<http://www.fzb.rs.gov.br/zoologico/>>. Acesso em: 17 ago. 2011.

GARCIA, Viviane Aparecida Rachid; Marandino, Martha. Zoológicos: que mensagem estamos passando? In: Lozano, Mónica; Sánchez-Mora, Carmen. *Evaluando la comunicación de la ciencia: Una perspectiva latinoamericana*, México D.F., CYTED, AECI, DGDC-UNAM, p. 83-94, 2008.

GRAMADO. Portal da Prefeitura Municipal de Gramado. Disponível em: <<http://www.gramado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 11 jan. de 2012.

GRAMADOZOO. GramadoZoo. Disponível em: <<http://www.gramadozoo.com.br>>. Acesso em: 12 jan. de 2011.

GRAY, Natália de Campos. *Dever fundamental de proteção aos animais*. 2010. 240 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

GUIAVEGANO. *Guia Vegano*. Disponível em: <<http://www.guiavegano.com.br/vegan/>>. Acesso em: 12 dez. de 2011.

HARAWAY, Donna. *Primate Visions: Gender, Race, and Nature in the World of Modern Science*. New York: Routledge, 1989.

\_\_\_\_\_. The promises of monsters: a regenerative politics for inappropriate/d others. In: GROSSBERG, Lawrence; NELSON, Cary; TREICHLER, Paula (Org.). *Cultural Studies*. New York/London: Routledge, 1992, p. 295-337.

\_\_\_\_\_. *Modest\_Witness@Second\_Millenniun.FemaleMan©\_Meets\_Oncomouse™*. New York: Routledge, 1997.

\_\_\_\_\_. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Antropologia do ciborgue – as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 09-17 (Coleção Estudos Culturais, 5).

INGOLD, Tim. Humanidade e Animalidade. In: ANPOCS. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, Vol. 10, n.28, 1995.

\_\_\_\_\_. Da transmissão de representações à educação da atenção. *Educação*, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 6-25, jan./abr. 2010.

JONAS, Hans. *O princípio-vida – fundamentos para uma biologia filosófica*. Petrópolis: Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. *O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KUNZRU, Hari. “Você é um ciborgue”: um encontro com Donna Haraway. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Antropologia do ciborgue – as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 09-17 (Coleção Estudos Culturais, 5).

LATOURE, Bruno. *A Esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru: EDUSC, 2001.

LENOIR, Timothy. A ciência produzindo a natureza: o museu de história naturalizada. *Episteme*, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 55-72, 1997.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli, E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986 (Temas básicos de educação e ensino).

MARINO, Luciana Mara Ribeiro. Caracterização e zoneamento ambiental do zoológico municipal de Mogi Mirim – SP. 2008. 89 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

MEISTER, José Antônio Fracalossi. *O conceito vida como fundamentação ontológica da ética da responsabilidade em Hans Jonas*. 2008. 197 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MERGULHÃO, Maria Cornélia. Zoológico: Uma sala de aula viva. In: PÁDUA, Suzana Machado; TABANEZ, Marlene Francisca (Org.). *Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997, p. 193-200.

MERGULHÃO, Maria Cornélia; VASAKI, Beatriz Nascimento Gomes. *Educando para a conservação da natureza: sugestões de atividades em educação ambiental*. São Paulo: EDUC, 2002.

MILLER, Daniel. *Teoria das compras: o que orienta as escolhas dos consumidores*. São Paulo: Nobel, 2002.

NAST, Heidi J. Loving.... Whatever: Alienation, Neoliberalism and Pet-Love in the Twenty-First Century. *ACME: An International E-Journal for Critical Geographies*, v. 5, n. 2, p. 300-327, 2006a.

\_\_\_\_\_. Critical Pet Studies? *Antipode*, v. 38, n. 5, p. 894-906, 2006b.

PESSANHA, Lavínia. O “cão-pessoa”: animais, família e afetividade nas sociedades urbanas contemporâneas. *IX Reunião de Antropologia do Mercosul*. Curitiba, jul. 2011.

PMPA. *Portal da Prefeitura Municipal de Porto Alegre*. Disponível em: <[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal\\_pmpa\\_novo/default.php?p\\_noticia=144230&SECRETARIA+DOS+DIREITOS+ANIMAIS+INAUGURA+UNIDADE+MOVEL](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=144230&SECRETARIA+DOS+DIREITOS+ANIMAIS+INAUGURA+UNIDADE+MOVEL)>. Acesso em: 27 nov. 2011.

SANDERS, Aline; FEIJÓ, Anamaria. A concepção dos deveres indiretos e diretos em relação aos animais não humanos: fundamentos para o entendimento de seu *status* moral. In: FEIJÓ,

A. G. dos S.; BRAGA, L. M. G. de M.; PITREZ, P. M. C. *Animais na pesquisa e no ensino: aspectos éticos e técnicos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. p. 33-42.

SANDERS, Aline; CENTURIÃO, Aline Dutra; FEIJÓ, Anamaria. Animais selvagens e zoológicos: um convite a reflexão. In: III Congresso Internacional Transdisciplinar Ambiente e Direito – III CITAD, 2007, Porto Alegre. *Anais do III Congresso Internacional Transdisciplinar Ambiente e Direito - III CITAD*, 2007.

SANTOS, Luis Henrique Sacchi dos. A biologia tem uma história que não é natural. In: Marisa Vorraber Costa. (Org.). *Estudos Culturais em Educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000, p. 229-256.

SAPUCAIA. *Portal da Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul*. Disponível em: <<http://www.sapucaiaodosul.rs.gov.br/>>. Acesso em: 13 jan. 2012.

SCHMITT, Rafael Eduardo. *Acadêmicos de Educação Física: Perfil, motivações e o valor atribuído aos componentes formativos*. 2011. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

SERPELL, James A. *In the company of animals*. Cambridge: Cambridge University press, 1996.

\_\_\_\_\_. Antropomorphism and Antropomorphic Selection – Beyond the “Cute Response”. *Society & Animals*, Leiden, v. 11, n. 1, p. 83-100, 2003.

SILVA, Hélio. A situação etnográfica: andar e ver. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 171-188, jul./dez. 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Nós, ciborgues: o corpo elétrico e a dissolução do humano. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Antropologia do ciborgue – as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 09-17 (Coleção Estudos Culturais, 5).

SINGER, Peter. *Repensar la vida y la muerte: el derrumbre de nuestra ética tradicional*. Barcelona/Buenos Aires/México: Paidós, 1997.

\_\_\_\_\_. *Ética Prática*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

\_\_\_\_\_. *Vida ética: os melhores ensaios do mais polêmico filósofo da atualidade*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

SIQUEIRA, José Eduardo. Hans Jonas e a Ética da Responsabilidade. *FiloInfo – Portal da Filosofia*. Disponível em: <[http://www.unopar.br/portugues/revfonte/v3/art7/body\\_art7.html](http://www.unopar.br/portugues/revfonte/v3/art7/body_art7.html)>. Acesso em 27 set. de 2011.

SORDI, Caetano. O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais. In: *Cadernos IUH idéias*. São Leopoldo: UNISINOS, n. 147, p. 3-28, 2011.

STEINBERG, Shirley R. *Kindercultura: a construção da infância pelas grandes corporações*. In: SILVA, Luiz Heron *et al.* *Identidade social e a construção do conhecimento*. Porto Alegre: PMPA/Smed, 1997.

SZB. *Sociedade de Zoológicos do Brasil*. Disponível em: <<http://www.szb.org.br/>>. Acesso em 20 dez. de 2011.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia da Letras, 2010.

UNIVERSIDADE DE ABERDEEN. *Professor Timothy Ingold*. Disponível em: <<http://www.abdn.ac.uk/%7Ewap001/staff/details.php?id=tim.ingold>>. Acesso em 14 out. de 2011.

VEGANSOCIETY. *The Vegan Society*. Disponível em: <<http://www.vegansociety.com/>>. Acesso em 12 dez. de 2011.

VLAHOS, James. Animais de estimação movidos a drogas. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v.11, n. 3, p. 449-469, set. 2008.

WOLIN, Richard. *Los hijos de Heidegger: Hannah Arendt, Karl Löwith, Hans Jonas y Herbert Marcuse*. Madrid: Cátedra, 2003.

**APÊNDICES**

APÊNDICE A – Projeto enviado aos zoológicos objetos de estudo desta dissertação visando a apresentação do mestrando e sua proposta de trabalho.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

INTERAÇÃO ENTRE ANIMAIS HUMANOS E ANIMAIS NÃO-HUMANOS: OS  
ZOLÓGICOS COMO INTERMEDIÁRIOS DO CONTATO ENTRE A POPULAÇÃO  
URBANA E A NATUREZA

Projeto de pesquisa apresentado ao (Zoológico X) visando a permissão para se realizarem pesquisas, a nível de mestrado, nesta instituição.

Maurício Correia Martins,  
Mestrando, orientado pela Dra. Isabel Carvalho.

Porto Alegre

2011

## 1. SUMÁRIO

1. SUMÁRIO .....	85
2. INTRODUÇÃO .....	86
3. OBJETIVO GERAL .....	86
4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS PARA ATIVIDADES NO ZOOLOGICO.....	86
5. METODOLOGIA .....	86
6. VISITAS AO ZOOLOGICO .....	88
7. REFERÊNCIAS .....	88

## **2. INTRODUÇÃO**

A natureza sempre foi assunto discutido pelas mais variadas áreas da ciência e, atualmente, vem adquirindo maior visibilidade em função do agravamento dos problemas ambientais ao redor do mundo. A relação entre seres humanos e animais vem apresentando diversas mudanças ao longo da história, e muito mais velozes nesses últimos anos. Compreender essas transformações é fundamental para a constituição de um novo paradigma ambiental e, estudar os zoológicos, espaço onde se faz possível o contato de populações urbanas com uma vida selvagem, pode vir a trazer contribuições significativas para um novo modelo ecológico.

É com o intuito de realizar estudos no (Zoológico X), localizado no município de (Município onde se encontra o Zoológico X), no Estado do Rio Grande do Sul, que o mestrando Maurício Correia Martins, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da PUCRS e orientado pela Dra. Isabel Carvalho, vem por meio deste projeto solicitar autorização junto aos responsáveis pelo parque para o desenvolvimento de seu trabalho.

## **3. OBJETIVO GERAL**

Analisar as relações entre seres humanos e animais em um contexto urbano contemporâneo.

## **4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS PARA ATIVIDADES NO ZOOLÓGICO**

- Analisar a organização, rotina e atividades desenvolvidas por um zoológico;
- Perceber as funções que esta instituição desempenha na sociedade;
- Perceber como os zoológicos contribuem e/ou podem vir a contribuir para a formação de uma preocupação de seus visitantes para com o meio ambiente.

## **5. METODOLOGIA**

A proposta para a coleta de dados é trabalhar a partir de um olhar antropológico. Segundo SILVA (2009), o trabalho do etnógrafo consiste na “sua circulação no campo, sua observação do campo e sua versão do que aconteceu ali e seus significados” (p. 185), ou



como o próprio autor resume, em uma atividade de andar, ver e escrever, “três fluxos que se encontram dinamicamente interrelacionados, a exercerem e sofrerem influências recíprocas” (p. 185). A idéia não é de se fazer necessariamente uma etnografia, pois esta geralmente exige uma imersão profunda no campo, mas sim realizar visitas com um olhar guiado a partir dessa perspectiva de andar, ver e escrever do etnógrafo. Seria interessante também, para estas observações, separar pelo menos um dos dias das visitas para que se possam acompanhar as atividades desenvolvidas no zoológico desde sua abertura, no início da manhã, até o final do expediente de trabalho dos funcionários, visando compreender melhor como o parque funciona em seu dia-a-dia.

Além destas observações, pretende-se também realizar entrevistas semi-estruturadas. Segundo Lüdke & André (1986, p. 34) “[...] a entrevista semi-estruturada se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações”. Em outras palavras, nessa metodologia elaboram-se algumas perguntas mais ou menos abertas para serem livremente respondidas pelo entrevistado, sendo assim mais provável que os pontos de vista dos sujeitos sejam melhores expressos frente a uma entrevista padronizada ou um questionário (FLICK, 2004). Lüdke & André também salientam algumas qualidades peculiares desse tipo de abordagem:

A grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos. Uma entrevista bem-feita pode permitir o tratamento de assuntos de natureza estritamente pessoal e íntima, assim como temas de natureza complexa e de escolhas nitidamente individuais. Pode permitir o aprofundamento de pontos levantados por outras técnicas de coleta de alcance mais superficial, como o questionário. E pode também, o que a torna particularmente útil, atingir informantes que não poderiam ser atingidos por outros meios de investigação, como é o caso de pessoas com pouca instrução formal, para as quais a aplicação de um questionário escrito seria inviável (LÜDKE & ANDRÉ, 1986, p.34).

Seria interessante, durante o desenvolvimento das atividades, entrevistar agentes do parque de diferentes áreas, com a finalidade de buscar compreender o funcionamento do zoológico como um todo. O ideal seria poder entrevistar algum diretor, administrador e/ou gestor, além de profissionais que lidam diretamente com os animais como tratadores, veterinários e/ou biólogos e também profissionais que organizam as atividades de visitação como algum tipo de educador e/ou educador ambiental. Como já esclarecido, a entrevista não é constituída de perguntas fechadas, porém algumas questões já foram planejadas como sendo as norteadoras para esses diálogos. São elas:

- No seu ponto de vista, qual o papel dos zoológicos nos dias de hoje? Nessa perspectiva, como você enxerga o (Zoológico X)?
- Você acredita que os zoológicos podem contribuir para que as pessoas se preocupem mais com o meio ambiente? Como?
- O que você acredita que a pessoa leva de uma visita ao zoológico?
- Como se comportam alunos e professores durante as visitas ao (Zoológico X)?
- O (Zoológico X) oferece algum tipo de suporte para os professores nas visitas escolares? Oferece capacitações?
- Como você percebe a reação das pessoas ao verem os animais?

Por fim, solicito acesso a documentos normativos do parque, onde possam ser encontradas informações como as diretrizes e objetivos da instituição durante sua construção e os atuais, caso tenham ocorrido mudanças.

## **6. VISITAS AO ZOOLOGICO**

A expectativa é de que, como não se trata de um trabalho de grande imersão, apesar de uma razoável quantidade de informações a serem levantadas sobre o zoológico, não seja necessária uma grande quantidade de encontros. Pensando dessa forma, estimo que entre 3 e 6 visitas sejam o suficiente para o desenvolvimento desse trabalho.

## **7. REFERÊNCIAS**

FLICK, Uwe. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli, E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986 (Temas básicos de educação e ensino).

SILVA, Hélio. A situação etnográfica: andar e ver. *Horizontes Antropológicos*, ano 15, n. 32, p. 171-188, jul./dez. 2009.

APÊNDICE B – Esquema básico das entrevistas semi-estruturadas.

### **DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

Nome:

Idade:

Função:

Tempo de atuação:

### **QUESTÕES NORTEADORAS**

- Conte-me sobre sua rotina de trabalho.
- Qual o papel dos zoológicos nos dias de hoje? Nessa perspectiva, como você enxerga o (Zoológico X)?
- Você acredita que os zoológicos podem contribuir para que as pessoas se preocupem mais com o meio ambiente? Como?
- O que você acredita que a pessoa leva de uma visita ao zoológico?
- Como se comportam alunos e professores durante as visitas ao (Zoológico X)?
- O (Zoológico X) oferece algum tipo de suporte para os professores nas visitas escolares? Oferece capacitações?
- Como você percebe a reação das pessoas ao verem os animais?